



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - LEI

2 - ATAS

- 2.1 - 31ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - 4ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.3 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 4.1 - Plenário
- 4.2 - Comissão

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA



LEI

LEI Nº 20.123, DE 27 DE ABRIL DE 2012

Altera o art. 1º da Lei nº 14.849, de 12 de dezembro de 2003, que declara de utilidade pública o Canápolis Tênis Clube – CTC –, com sede no Município de Canápolis.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 14.849, de 12 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Nacional – ADN –, com sede no Município de Canápolis.”.

Art. 2º - A ementa da Lei nº 14.849, de 2003, passa a ser: “Declara de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Nacional – ADN –, com sede no Município de Canápolis.”.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de abril de 2012; 224º da Inconfidência Mineira e 191º da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/4/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Correspondência: Ofício nº 3/2012 (encaminhando o Projeto de Lei nº 3.117/2012), do Procurador-Geral de Justiça – Ofícios e Cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de

Proposições: Projetos de Lei nºs 3.118 e 3.119/2012 - Requerimentos nºs 2.972 a 2.983/2012 - Requerimento do Deputado Ivair Nogueira - Comunicações: Comunicações das Comissões de Direitos Humanos, do Trabalho, de Cultura, de Política Agropecuária e de Minas e Energia - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Doutor Viana, Pompílio Canavez e Rômulo Viegas - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado Ivair Nogueira; deferimento - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Ivair Nogueira - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Rômulo Viegas, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, faço esta questão de ordem para solicitar a V. Exa., até para não criarmos um cavalo de batalha, o cumprimento do Regimento Interno. No momento em que V. Exa. abriu a reunião, não tínhamos quórum. Eu estava acompanhando a nossa assessora, que fica à direita de V. Exa. Havia apenas 25 Deputados. O Regimento Interno determina que 26 Deputados estejam presentes no Plenário para que a reunião seja aberta. De qualquer forma, Presidente, vencida essa preliminar que estamos arguindo, gostaria que V. Exa. atentasse para o fato de que não existia quórum naquele momento e não existe também neste momento. Temos apenas 16 Deputados em Plenário. Não havendo quórum, peço o encerramento, de plano, da reunião, ou que seja feita a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Sargento Rodrigues que, no momento da abertura da reunião, havia 26 Deputados registrados na lista de comparecimento, número já suficiente para a abertura dos trabalhos. Além disso, o art. 126 do nosso Regimento Interno estabelece que será computada a presença, para todos os efeitos regimentais, como se no Plenário estivesse, do Deputado presente a reunião de comissão realizada no Palácio da Inconfidência concomitantemente com reunião da Assembleia Legislativa. O Presidente da Comissão de Política Agropecuária enviou relação com os nomes de quatro parlamentares presentes na reunião naquele momento: Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Liza Prado e Ulysses Gomes. Dessa forma, computando ainda a presença desses 4 Deputados, tínhamos 30 Deputados registrados. Portanto, informo a V. Exa. que esta Presidência está aqui para cumprir rigorosamente o que determina o Regimento Interno. Não estamos aqui para brincar nem para contrariar essa norma.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, quero deixar o meu depoimento. Participei dos trabalhos ao lado de V. Exa. e acompanhei o registro biométrico, do painel eletrônico, das presenças. Como os demais membros da Mesa, V. Exa. tem demonstrado comprometimento com a verdade, o cumprimento do dever. Se eu não fizesse este depoimento, as pessoas que nos assistem pela TV Assembleia poderiam dizer que não havia quórum, em razão das palavras do Deputado que me antecedeu. Ratifico o que V. Exa. disse: existia número suficiente, e até mesmo sobrando, pois tínhamos 30 Deputados. Estamos com sede de trabalho, com vontade de demonstrar força em nome do povo de Minas Gerais. Há muitos projetos na pauta, muitas matérias a ser discutidas. Nós, da base do governo, que somos aliados do governo em qualquer circunstância, queremos uma qualidade de trabalho que atenda aos mineiros. Não estamos nessa condição para obter nenhuma vantagem pessoal. Somos do governo por consciência e convicção de que queremos que ele continue fazendo Minas crescer. Tenho a certeza de que a nossa vontade é dar aos mineiros uma resposta bem positiva. E que esta Casa continue sendo instrumento de trabalho para engrandecer o Estado de Minas Gerais. Vim para trabalhar, vou trabalhar, temos quórum, e quero dizer que V. Exa. tinha toda a razão quando abriu a reunião. Conte com o apoio deste Deputado e dos demais que estão presentes. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sargento Rodrigues - É só para dizer a V. Exa. que, de acordo com o Regimento Interno, se se anunciar recomposição de quórum, não caberá questão de ordem, como ocorreu com o Deputado que me antecedeu. No início da minha fala disse a V. Exa. que farei uma questão de ordem e, de forma preliminar, alertaria V. Exa. Disse ainda que não queria aqui criar um cavalo de batalha. V. Exa. sabe disso. Agora, se insistir, continuaremos cobrando o que o Regimento Interno determina. Sr. Presidente, quanto a gostar de trabalhar, gostaria de dizer que quem não gosta não está aqui. Se está aqui é porque gosta de trabalhar. Agora, para estar aqui, o Deputado, o agente público, no sentido lato da palavra, é obrigado a cumprir a lei e o Regimento Interno. O Regimento Interno é o que rege o Plenário, então temos de cumpri-lo. Se gosta de trabalhar, esteja presente para fazermos o debate.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Rômulo Viegas) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados, que, somados aos 6 em comissões, perfazem o total de 35 parlamentares. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Correspondência

- O Deputado Duarte Bechir, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

“OFÍCIO Nº 3/2012*”

Belo Horizonte, 24 de abril de 2012.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do art. 66, § 2º, c/c o art. 122 da Constituição do Estado de Minas Gerais e com o art. 18, inciso XV, da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, para deliberação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria de Justiça do Estado de Minas Gerais.

A proposta objetiva a criação de 129 (cento e vinte e nove) cargos de Oficial do Ministério Público, padrão MP-34; 418 (quatrocentos e dezoito) cargos de Analista do Ministério Público, padrão MP-48, e 12 (doze) cargos em comissão, a fim de dotar o Parquet mineiro com os recursos humanos necessários para o cumprimento da sua missão institucional.

Considerando as crescentes demandas ministeriais, esta proposta justifica-se pela necessidade de prover as respectivas Promotorias com o número adequado de servidores. Os cargos comissionados destinam-se exclusivamente ao exercício de atribuições de direção e assessoramento em unidades administrativas já existentes.

O aumento do quantitativo de cargos, portanto, visa resguardar a produtividade da função administrativa, compatibilizando o número atual de servidores com a celeridade requerida para a satisfação do interesse público.

Com a criação dos novos cargos, o quadro de servidores alcançará o número de 3.100 (três mil e cem) servidores, entre Analistas e Oficiais, numa proporção de 3 (três) servidores para cada membro do MP. Tal proporção é 5 (cinco) vezes menor que a estabelecida no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conforme dados extraídos do Portal da Transparência daquela Instituição. Não é demais ressaltar que as atribuições de ambas as instituições, como essenciais à justiça, se intercomunicam com o trâmite dos processos.

Mister consignar que a criação destes cargos não gera despesas de imediato, tendo em conta que o seu provimento deverá ocorrer a longo prazo e gradativamente, dentro dos limites de despesas com pessoal dispostos no art. 20, inciso II, alínea “d”, e no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na certeza da aprovação do presente projeto de lei, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça.

PROJETO DE LEI Nº 3.117/2012

Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º – Ficam criados no Quadro Específico de Provimento Efetivo do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado, constante no item I.1 do Anexo I da Lei nº 16.180, de 16 de junho de 2006:

I – 129 cargos de Oficial do Ministério Público, padrão MP-34;

II – 418 cargos de Analista do Ministério Público, padrão MP-48.

Parágrafo único – Em virtude do disposto no “caput” deste artigo, o número de cargos de Oficial do Ministério Público, bem como de Analista do Ministério Público, passa a ser de mil seiscentos e cinquenta cargos cada.

Art. 2º – Ficam criados no Quadro Específico de Provimento em Comissão do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado, constante no Anexo III da Lei nº 16.180, de 16 de junho de 2006:

I – 2 (dois) cargos de Superintendente, padrão MP-83;

II – 8 (oito) cargos de Coordenador II, padrão MP-75;

III – 1 (um) cargo de Coordenador I, padrão MP-71;

IV – 1 (um) cargo de Assessor IV, padrão MP-73.

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º – Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(a que se refere o art. 2º da Lei nº, de de de)

“ANEXO III

(a que se refere o art. 3º da Lei nº 16.180, de 16 de junho de 2006)

Quadro Específico de Provimento em Comissão

A – Grupo de Direção

Denominação	Nº de Cargos	Padrão
-------------	--------------	--------

Diretor-Geral	1	MP-92
Superintendente	9	MP-83
Coordenador III	3	MP-83
Coordenador II	36	MP-75
Coordenador I	28	MP-71

B – Grupo de Assessoramento

Denominação	Nº de Cargos	Padrão
Assessor Especial	2	MP-92
Assessor Especial Administrativo	1	MP-92
Assessor Especial Financeiro	1	MP-92
Assessor Administrativo do PGJ	2	MP-83
Assessor de Gabinete	4	MP-75
Assessor IV	6	MP-73
Assessor III	10	MP-70
Assessor II	52	MP-67
Assessor I	27	MP-59

C – Grupo de Supervisão

Denominação	Nº de Cargos	Padrão
Assessor Administrativo II	46	MP-44
Assessor Administrativo I	20	MP-28”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 279/2011, da Comissão de Direitos Humanos. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.447 e 2.450/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Alexandre Magno de Moura, Presidente da Associação do Comércio e Indústria de Pouso Alegre (2), agradecendo votos de congratulações formulados por esta Casa, em atenção a requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelos 90 anos de fundação dessa entidade e por sua posse como seu Presidente.

Da Sra. Ana Paula P. Junqueira, Secretária de Governo de Uberlândia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.368/2012, do Deputado Elismar Prado.

Da Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.955/2011, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Fiscalização Financeira. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 1.955/2011.)

Do Sr. Antônio Gama Júnior, Subcorregedor-Geral de Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.821/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Ariel Fidélis da Silva, Chefe do Departamento Operacional de Cartas dos Correios, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.464/2012, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Bruno Renato Nascimento Teixeira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, prestando informações relativas à solicitação da Comissão de Direitos Humanos encaminhada por meio do Ofício nº 2.909/2011/SGM. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Carlos Augusto Grabois Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.131 e 2.273/2011, da Comissão de Participação Popular.

Dos Srs. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz e Leonardo Correa Camargo, respectivamente, Gerente de Desenvolvimento Sustentável e Gerente de Núcleo da Superintendência de Negócios, Varejo e Governo do Banco do Brasil em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.556/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.098/2011, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Célio Pereira Soares, Diretor de Controle de Transporte Especial da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.119/2011, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.059/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Cleide Pereira da Silva, Coordenadora da 9ª Promotoria de Justiça Militar, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.758/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Procuradora Regional do Trabalho e Secretária-Geral Adjunta do Conselho Nacional do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.983/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Eurípedes Cáritas de Carvalho Silva, Superintendente do Procon de Uberlândia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.284/2011, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Fábio Roberto Machado, Promotor de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.584/2011, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.803/2011, da Comissão de Direitos Humanos, e ao requerimento dessa Comissão encaminhado por meio do Ofício nº 634/2012/SGM.

Do Sr. Geraldo de Moraes Júnior, Chefe de Gabinete Chefia da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 427/2011, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Ivo Borges de Lima, Diretor-Geral em exercício da ANTT, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.027/2011, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Jéssus Trindade Barreto Júnior, Chefe de Gabinete da Chefia da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.296/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. João Carlos Minchillo, Prefeito Municipal de Guaranésia, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.869/2012, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.869/2012.)

Do Sr. Jorge Augusto Oliveira Vinhas, Coordenador de Assuntos Parlamentares do Iphan, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Délio Malheiros.

Do Sr. Jorge Renó Mouallem, Prefeito Municipal de Itajubá (2), agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Do Sr. José Rodrigues Pinheiro Dória, Superintendente Regional de Trens Urbanos de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.951/2011, do Deputado Elismar Prado.

Do Sr. José Sarney, Presidente do Senado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.044/2011, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.234/2011, 2.304 e 2.576/2012, respectivamente da Comissão de Assuntos Municipais, do Deputado Anselmo José Domingos e da Comissão de Defesa do Consumidor.

Do Mons. Lázaro de Assis Pinto, Presidente do Conselho Estadual de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.365/2012, do Deputado Elismar Prado.

Da Sra. Luciana Marques Coutinho, Procuradora do Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.405/2012, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Lúcio Meijon Campolina, Chefe da Delegacia de Controle de Segurança Privada, da Superintendência Regional da Polícia Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.606/2012, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Luiz Carlos Danunzio, Diretor-Geral do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.604/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Manoel Ricardo Palmeira Lessa, Chefe de Gabinete do Presidente do INSS, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão do Trabalho encaminhado por meio do Ofício nº 2.308/2011/SGM.

Da Sra. Marcela Amorim Brant, Chefe de Gabinete da Presidência do BDMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.556/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.271 e 1.839/2011, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (7), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.017, 2.031, 2.092 e 2.218/2011, da Comissão de Participação Popular; 2.112 e 2.174/2011, da Comissão de Segurança Pública; e 1.954/2011, do Deputado Elismar Prado.

Do Sr. Mário Konichi Higuchi Júnior, Promotor de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.450/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Nedens Ulisses Freire Vieira, Presidente da Associação Mineira do Ministério Público, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa por ocasião de sua posse na referida Associação, em atenção a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Do Sr. Oiana Paganini Guerra, Coordenador-Geral da ANP no Estado, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Luiz Henrique.

Do Sr. Ramon Víctor Cesar, Diretor-Presidente da BHTRANS, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Transporte encaminhado por meio do Ofício nº 255/2012/SGM.

Da Sra. Regiane Magalhães Silva, Diretora de Auditoria Assistencial da Secretaria de Saúde, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Saúde encaminhado por meio do Ofício nº 1.681/2009/SGM.

Do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor-Presidente da Copasa (7), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.372, 2.375, 2.378, 2.379, 2.380, 2.383 e 2.616/2012 do Deputado Elismar Prado.

Do Sr. Roberto Tykanori Kinoshita, Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.198/2011, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.170/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Ronaldo Scucato, Presidente do Sistema Ocemg, agradecendo convite para participar de audiência pública da Comissão de Política Agropecuária, em 27/4/2012. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da Sra. Solange Procópio Xavier, Juíza de Direito substituta, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.806/2011, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Wagner de Oliveira Cavaliere, Juiz de Direito, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.678/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Zezé Perrella, Senador, agradecendo o envio de cópia do Requerimento nº 2.294/2011, da Comissão do Trabalho, e das notas taquigráficas de reunião da referida Comissão.

CARTÃO

Do Sr. José Altivo Brandão Teixeira, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, agradecendo voto de congratulações por sua posse na Presidência do referido Tribunal.

2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.
- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.118/2012

Declara de utilidade pública a Associação Unidos para Sempre, com sede no Município de Minas Novas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Unidos para Sempre, com sede no Município de Minas Novas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de abril de 2012.

Délio Malheiros

Justificação: A Associação Unidos para Sempre, fundada em 18/12/2005, tem por finalidade promover a organização das pessoas portadoras de sofrimento mental, buscando assegurar seus direitos e combater todas as formas de discriminação a essas pessoas e seus familiares.

Para o cumprimento de seus objetivos, a Associação Unidos Para Sempre promove cursos, seminários, encontros, foros de debates e grupos de trabalho, além da elaboração de material educativo para expandir o conhecimento sobre a realidade do tema em âmbito local, nacional e internacional.

É uma associação civil filantrópica, sem fins lucrativos, e os membros de sua Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem qualquer benefício ou vantagem em decorrência do exercício de suas funções, bem como não são remunerados por suas atividades.

Patente, assim, que a entidade preenche todas as exigências elencadas na Lei nº 12.972, de 1998, para a declaração de utilidade pública – entre as quais podemos destacar o regular e contínuo funcionamento há mais de 1 ano, diretoria composta por pessoas de reconhecida idoneidade e não remuneradas pelo seu munus, bem como comprovada aquisição de personalidade jurídica.

Assim, considerando que a associação desenvolve uma gestão administrativa e patrimonial em prol do interesse público e não oferece nenhum óbice legal para a declaração de utilidade pública, esperamos o apoio dos nobres pares para aprovação do presente projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.119/2012

Altera a Lei nº 11.871, de 21 de agosto de 1995, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 4º da Lei nº 11.871, de 21 de agosto de 1995, fica acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 4º – (...)

§ 2º – É direito dos professores o acesso à alimentação fornecida aos alunos nas mesmas condições a eles ofertadas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de abril de 2012.

Anselmo José Domingos



Justificação: Sabe-se que o processo de aprendizagem sujeita-se a uma série de fatores econômicos, sociais e culturais, e seu sucesso, consistente na formação de cidadãos conscientes, capacitados e atuantes, depende do cumprimento de alguns requisitos, a saber, o cumprimento de padrões alimentares mínimos, entre outros.

Nessa perspectiva, para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae –, o ensino e a disseminação de práticas alimentares saudáveis depende da integração entre o aluno e a comunidade em que está inserido, absorvendo a cultura, as tradições e hábitos alimentares desenvolvidos em determinada comunidade. Não é sem motivo que a Lei nº 11.947, que dispõe sobre a alimentação escolar, possui caráter suplementar, ou seja, outorga ao Estado, em sentido amplo e em todas as esferas de governo (União, Estados e Municípios), o dever de garantir a alimentação escolar ao ensino básico, conforme estabelece em seu art. 3º:

“Art. 3º - A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta lei.”

Assim, o Estado membro, no cumprimento de sua prerrogativa complementar ao Diploma Federal, adequando e compatibilizando a aplicação do dispositivo normativo federal, editou as Leis nºs 11.871, de 21/8/95, que dispõe sobre o programa de alimentação escolar da rede pública estadual, e 15.072, de 5/4/2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino.

Respeitadas as diretrizes consolidadas no Diploma Federal, o Estado membro e o Município, gozando da competência material insculpida no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, bem como atendendo ao princípio do interesse predominante, possuem legitimidade administrativa e legislativa na aplicação dos recursos repassados pelo Pnae. Prova disso é a possibilidade de o Estado membro delegar ao Município sua responsabilidade por fornecer alimentação escolar aos alunos matriculados na rede estadual de ensino. Para isso, deve repassar diretamente ao Município os recursos fornecidos pelo referido programa, mediante expressa autorização, conforme dispõe o art. 7º da Lei nº 11.947, de 2009.

Transcrevo o dispositivo constitucional:

“Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”

A participação do corpo discente no ensino e na disseminação da educação alimentar, bem como suas condições operacionais e o procedimentos adotados são de definição regional e, de acordo com suas especificidades, municipal, cabendo, em todos os casos, a vigilância e fiscalização da aplicação dos recursos pelos Conselhos de Alimentação Escolar, de criação obrigatória pelas três esferas de governo em suas respectivas jurisdições.

A permissão do consumo de tais alimentos pelo corpo discente, para o que não há qualquer vedação, seja por previsão legal ou principiológica estabelecida nas diretrizes e objetivos da Lei nº 11.974, de 2009, dá a entender que se insere tal tutela na competência estadual, pois é de interesse é predominantemente regional, visto não se tratar de competência legislativa exclusiva do Município nem da União (artigos 22 e 30 da Constituição, respectivamente), inserindo-se, portanto, na chamada competência residual do Estado, prevista no art. 25, § 1º, da Constituição.

Não obstante a permissão formal, materialmente esta questão deve ser discutida e aplicada no âmbito do Estado membro, observando-se, como já foi dito, as normas gerais e diretrizes federais no que diz respeito à alimentação escolar.

Permitindo-se o consumo, pelos professores, dos alimentos produzidos com recursos do Pnae, não se estaria lesando o direito dos alunos à merenda escolar, mas sim, em última análise, contribuindo para a integração entre alunos e professores na busca de melhor aplicação e gerência dos recursos para a merenda escolar, visto que a qualidade dos alimentos poderia ser fiscalizada tanto pelos discentes como pelos docentes. Há ainda um grande ganho social no compartilhamento da mesma alimentação por professores e alunos com baixo custo econômico, visto ser extremamente inferior a quantidade de professores comparada à de alunos.

Nesses termos, conto com a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.972/2012, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado ao Juízo da Comarca de Conceição do Mato Dentro pedido de providências para que sejam incluídos na pauta de julgamento os processos que menciona, ambos originários de ação civil pública proposta pelo Ministério Público em que figuram como réus a Claro e a Oi. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 2.973/2012, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os jogadores, a comissão técnica, a diretoria, os patrocinadores e os torcedores do Sada Cruzeiro pela conquista da Superliga Nacional de Vôlei Masculino. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Rômulo Veneroso. Anexe-se ao Requerimento nº 2.956/2012, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 2.974/2012, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para apresentação de um plano de emergência, com o estabelecimento de prazos e condições, para melhorias e investimentos na segurança pública no Estado, inclusive a realização de concurso público. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.975/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Américo Dias Pereira pelos 80 anos de sua fundação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 2.976/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Almeida Melo por sua eleição para 1º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Nº 2.977/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Vanessa Verdolim Hudson Andrade por sua eleição para Vice-Corregedora do Tribunal de Justiça.

Nº 2.978/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Audebert Delage por sua eleição para Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça.

Nº 2.979/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Manuel Saramago por sua eleição para 3º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Nº 2.980/2012, do Deputado Délio Malheiros, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Antonino Baía Borges por sua eleição para 2º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Nº 2.981/2012, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado, por sua posse na Academia Nacional de Economia. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.982/2012, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a apresentação de um plano de emergência, com o estabelecimento de prazos e condições, para melhorias e investimentos na segurança pública no Estado, inclusive a realização de concurso público. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.983/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a reestruturação e aumento do efetivo da Delegacia de Polícia de Esmeraldas.

- É também encaminhado à Mesa requerimento do Deputado Ivair Nogueira.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Direitos Humanos, do Trabalho, de Cultura, de Política Agropecuária e de Minas e Energia.

Oradores Inscritos

- A Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Doutor Viana, Pompílio Canavez e Rômulo Viegas proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 2.983/2012, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Direitos Humanos - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 25/4/2012, do Requerimento nº 2.894/2012, do Deputado Gilberto Abramo; do Trabalho - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 25/4/2012, dos Projetos de Lei nºs 147/2011, do Deputado Elismar Prado, 862, 985 e 1.470/2011, da Deputada Rosângela Reis, 2.545/2011, do Deputado João Vítor Xavier, 2.773/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, 2.829/2012, do Deputado Duarte Bechir, 2.886/2012, da Deputada Rosângela Reis, 2.894/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, 2.929/2012, do Deputado José Henrique, 2.930/2012, do Deputado Luiz Carlos Miranda, 2.934/2012, do Deputado Antônio Júlio, 2.943/2012, do Deputado Zé Maia, 2.944/2012, da Deputada Rosângela Reis, 2.948/2012, do Deputado Durval Ângelo, e 2.951/2012, do Deputado Elismar Prado, e dos Requerimentos nºs 2.920/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.945/2012, da Comissão de Participação Popular, e 2.946/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Cultura - aprovação, na 6ª Reunião Ordinária, em 25/4/2012, do Projeto de Lei nº 2.860/2012, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, e dos Requerimentos nºs 2.841/2012, da Deputada Liza Prado, e 2.891/2012, do Deputado Doutor Viana; de Política Agropecuária - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 25/4/2012, dos Projetos de Lei nºs 2.966/2012 com a Emenda nº 1, e 2.970/2012, do Deputado Rogério Correia; e de Minas e Energia - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 26/4/2012, dos Requerimentos nºs 2.712/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, e 2.749/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Ivair Nogueira em que solicita que o Projeto de Lei nº 1.870/2011 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 27, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012

Presidência dos Deputados José Henrique e Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação - Indicação nº 36/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Mário Neto Borges para o cargo de Presidente da Fapemig; discursos dos Deputados Rogério Correia, João Leite, Célio Moreira, Duílio de Castro, Carlin Moura, Elismar Prado e Antônio Júlio - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Lafayette de Andrada; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.846; discurso do Deputado Rogério Correia; votação secreta do veto aos arts. 6º, 7º e 8º da proposição; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.913; discurso do Deputado Rogério Correia; requerimentos dos Deputados Antônio Júlio, Hely Tarquínio, Rogério Correia e Lafayette de Andrada; deferimento; requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação; votação secreta do veto aos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da proposição, salvo destaques; manutenção; votação secreta do veto ao "caput" e aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 46-D e aos arts. 46-F, 46-G e 46-H a que se refere o art. 6º da proposição; rejeição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 e 2 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2011; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que as Indicações nºs 36, 57, 58, 59 e 54/2012 sejam apreciadas em primeiro lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Indicação nº 36/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Mário Neto Borges para o cargo de Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, solicitei o encaminhamento da votação da indicação do Sr. Mário Neto Borges para o cargo de Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - e quero explicar os motivos pelos quais nós, da Oposição, vamos votar favoravelmente. Faremos isso em razão da importância que tem a Fapemig, mas também para dizer o que esperamos que essa Fundação faça para ajudar o Estado de Minas Gerais na área da pesquisa. É uma entidade importante e queremos que o seu funcionamento ajude o povo mineiro. Tenho boas notícias para passar ao conjunto das Deputadas e dos Deputados e ao povo mineiro de maneira geral. Começamos uma semana em que temos muito a comemorar em Minas Gerais. Certamente a Fapemig também poderá nos ajudar muito em relação aos estudos do que foi agora anunciado pelo governo federal em parceria com o Estado e com os Municípios no tocante a três questões fundamentais. Sr. Presidente, chamo a atenção das Deputadas e dos Deputados para o seguinte: só esta semana a Presidenta Dilma Rousseff anunciou um aporte de cerca de R\$2.500.000.000,00 para Minas Gerais - apenas verbas do governo federal. Certamente a Fapemig nos ajudará nas pesquisas e na implementação dessas ações anunciadas pela Presidenta Dilma. Começo falando do anúncio feito pela Presidenta Dilma em relação à seca no Brasil e também no Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ontem a Presidenta anunciou o aporte de R\$119.500.000,00 para o Norte de Minas Gerais, destinados a ações de emergência relativas a efeitos da estiagem no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. Haverá uma contrapartida de



R\$8.000.000,00 do governo estadual - aliás, ontem, o Secretário Gil Pereira participou da solenidade -, mas o total posto pela União é de R\$119.500.000,00 para a implementação de políticas, repito, relativas à estiagem, com os efeitos da seca sendo amenizados. Trata-se de obras de emergência. Serão destinados R\$30.000.000,00 para a construção de cisternas; R\$9.500.000,00 para a recuperação e equipamento de 731 poços tubulares já abertos, mas que ainda não funcionam; e R\$88.000.000,00 como contrapartida do governo estadual, por meio do Programa Água para Todos, para a construção de 170 barragens e instalações.

Além disso, serão instaladas várias cisternas por meio do Programa Água para Todos. É uma boa notícia para o Norte de Minas, para os Deputados da combativa bancada do Norte de Minas. O Deputado Paulo Guedes, que tem acompanhado isso pela Bancada do PT, vai acompanhar a execução dessas obras junto ao governo do Estado. Esses R\$119.500.000,00 serão investidos em equipamentos no combate à estiagem no Norte de Minas. Essa é uma boa notícia para aquela região. Os Prefeitos estavam reivindicando esses benefícios, porque poderá ocorrer ali uma das piores secas da história. A última grande seca aconteceu em 2007-2008. Infelizmente, a previsão é de uma grande seca para este ano no Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

O governo federal se adiantou e está enviando para Minas Gerais R\$119.500.000,00. O anúncio foi feito ontem, no Ministério, com a presença do Secretário de Estado. Estou dizendo isso porque, geralmente, após um anúncio ser feito pelo governo federal, o governo do Estado diz que haverá recursos, mas nunca explica que esses recursos vieram do governo federal. Alguns Deputados desavisados chegam aqui e dizem que nunca vem dinheiro do governo federal para Minas. Estou anunciando, para que os Deputados saibam disso. Não é obrigação de todos saberem, mas foram liberados R\$119.500.000,00 para o combate à seca.

A Presidenta Dilma também fez um anúncio, que desejo comemorar. A Fapemig poderá ajudar-nos, por isso estou mencionando agora o encaminhamento que faremos à Presidência dessa instituição. A Presidenta Dilma anunciou a liberação de R\$1.500.000.000,00 para investimentos no País e mais R\$400.000.000,00 que serão investidos por Senai, Sesi e Confederação Nacional da Indústria - CNI. Em Minas Gerais, serão investidos R\$260.000.000,00, Deputado Célio Moreira, para o Pronatec, programa destinado à formação de jovens, a fim de que tenham acesso ao ensino tecnológico, que vai capacitar a nossa juventude para ingressar em indústrias, ou seja, é mão de obra qualificada. A responsabilidade será do Senai e do Sesi. Esse anúncio foi muito comemorado pela CNI e pela Fiemg, porque esse programa vai capacitar 50 mil jovens, que ingressarão em cursos tecnológicos e, posteriormente, fornecerão ao País mão de obra qualificada.

Sugeri a esta Casa - peço ao Presidente que me ajude a agilizar, pois o requerimento foi aprovado na Comissão de Assuntos Municipais - a realização de um fórum sobre o Pronatec, a fim de que a Assembleia Legislativa possa, com o governo de Minas, tendo em vista os recursos por ele liberados, capacitar o Estado a ficar atento aos recursos que estão sendo destinados ao Pronatec. Então, foram anunciados R\$260.000.000,00, Deputado Célio Moreira, já em execução. O Senai e o Sesi estão com recursos e executando o projeto. Os recursos de combate à seca e os recursos destinados ao Pronatec foram anunciados.

Finalmente, trago outra boa notícia: a Presidenta Dilma confirmou ontem a liberação de R\$3.150.000.000,00 para obras do PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades, em Minas Gerais. Num total de R\$32.000.000.000,00 do PAC nacional, foram liberados R\$3.150.000.000,00 para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Do total prometido para Minas Gerais, R\$2.000.000.000,00 virão dos cofres do governo federal e R\$1.150.000.000,00, dos cofres do governo do Estado, dos Municípios e da iniciativa privada. Esses recursos serão aplicados na implantação e na revitalização de linhas do metrô na Capital - essa é uma boa notícia -, na implantação de terminais metropolitanos em sete Municípios da região e na complementação do Complexo da Lagoinha.

Então, como foi anunciado, na semana que vem será feito o procedimento licitatório. O Governador Anastasia, a quem ouvi, pela manhã, e que estava muito satisfeito, agradeceu à Presidenta Dilma. Creio que ele achou melhor fazer parceria que seguir a cabeça do Senador Aécio Neves, que deseja apenas brigar com a Presidenta Dilma por causa de 2014.

Parece que agora o Prof. Anastasia resolveu reconhecer a importância dos recursos que vêm da União e, ontem, comemorou esses R\$3.100.000.000,00, que serão destinados ao metrô e às linhas de transporte coletivo na Região Metropolitana. É muito recurso. Belo Horizonte merece, Minas Gerais merece, e eu espero que essa parceria exista sempre. Tomara que o governo do Estado não siga a base aécista na Assembleia, porque ela torce para que tudo dê errado. Tomara que isso não ocorra, pois será melhor assim. Belo Horizonte não merece metrô, porque Aécio pode ser prejudicado com o dinheiro que vem do governo federal? Não está certo. O que a Presidenta Dilma prometeu ela irá cumprir e, em Belo Horizonte, teremos esses recursos. Já foi bastante detalhado o destino de cada centavo dessa verba.

Deputado Célio Moreira, serão contempladas as obras de expansão e modernização da Linha 1, Eldorado-Vilarinho, e o projeto prevê a implantação da Linha 2, Calafate-Barreiro, e da Linha 3, Lagoinha-Savassi. Sei que V. Exa. torce para que não aconteça, pois é da base do Aécio, mas estamos comemorando a notícia e queremos a execução dessas obras. Vamos cobrar para que isso aconteça, ao lado de todos os Deputados e do Prof. Anastasia. Eu o ouvi hoje pela Itatiaia agradecer à Presidenta Dilma. Finalmente, ele se desprende da política aécista do quanto pior melhor, da política que nada quer para Minas. Estou comemorando a notícia, porque apenas nesta semana a Presidenta Dilma disponibiliza R\$2.500.000.000,00 para a educação, o ensino tecnológico, a seca, o metrô e as obras de mobilidade urbana. Boas notícias para Minas Gerais que vêm do governo federal, em parceria com o governo do Estado, como bem advém a relação republicana entre os entes federativos, queira ou não a base aécista, que, repito, prefere o quanto pior melhor. Para nós, não. Quanto melhor melhor. Viva Belo Horizonte! Viva Minas Gerais! Viva a Presidenta Dilma. Um abraço.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Luzia Ferreira, telespectadores da TV Assembleia, queremos encaminhar favoravelmente à indicação do ex-Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei, Mário Neto Borges, pelo Governador Antonio Anastasia. O Prof. Mário Neto Borges tem uma carreira irretocável. Como professor de instituições públicas, ele vem dando uma grande contribuição para a educação em nosso Estado e em nosso país. Enquanto pesquisador e dirigente da Fapemig, o Prof. Mário Neto tem iniciado... O Prof. Mário Neto Borges, com essa folha de serviços públicos prestados ao Estado de Minas Gerais, merece ver referendada por este Plenário a indicação feita pelo Governador Anastasia. De todos os projetos tocados pela Fapemig, sem dúvida, um dos financiamentos me chama a atenção. Pela primeira vez, em nosso país, tivemos um governo, contando com a liderança do Prof. Mário Borges, que investiu na capacitação dos gestores do sistema penitenciário em Minas Gerais. Hoje a



maioria dos gestores do sistema penitenciário do Estado possui curso superior, o que foi possível com o investimento em pesquisa da Fapemig. Tive a oportunidade, junto ao Desembargador Herbert Carneiro, de participar da aula inaugural desses gestores. Trata-se de um gestor antenado, ligado às questões contemporâneas, importantes do nosso Estado. Portanto queremos encaminhar favoravelmente.

Sr. Presidente, a respeito do encaminhamento anterior, gostaria de dizer que nenhum dos Deputados do PSDB, nenhum dos Deputados dos partidos que compõem a base do governo Anastasia é contra qualquer investimento do governo federal em Minas. Ao contrário, até porque o que é arrecadado aqui tem que voltar para o Estado. Neste momento, o governo federal comemora a arrecadação recorde de tributos na história. Nunca, na história do Brasil, um governo central recolheu tantos impostos como os arrecadados pelo governo federal no primeiro trimestre. Esse é o recorde histórico, recolhimento líder de dinheiro em Minas, conforme afirmou a imprensa. É interessante que a imprensa divulgou que a Presidente estaria liberando R\$3.100.000.000,00 para o metrô de Belo Horizonte. Mas, quando você vai ver, R\$1.000.000.000,00 é do Tesouro Nacional; R\$1.000.000.000,00, do governo de Minas junto às Prefeituras de Belo Horizonte e de Contagem; e R\$1.000.000.000,00 é empréstimo. Então a nossa dívida vai crescer. Para o metrô avançar em Minas, o governo do Estado e as referidas prefeituras têm de investir R\$1.000.000.000,00, além de pagar empréstimo de mais R\$1.000.000.000,00. Aquela conta que fazíamos da dívida do Estado deve ser acrescentada de mais R\$1.000.000.000,00. É importante dizer que há contrapartida. Não somos contrários a esses investimentos, queremos recursos federais para Minas. Há nove anos, aguardamos a linha do metrô avançar, indo até o Barreiro, já que temos tudo pronto, Deputado Pinduca, para colocar os trilhos, o material rodante e atender ao nosso Barreiro, de modo que a população não continue a sofrer na Avenida Amazonas ou tenha de passar pelo Anel Rodoviário, correndo todos os riscos. Queremos comemorar a vinda dos recursos, que não pertencem a nenhum governo, mas ao povo brasileiro, ao povo mineiro.

O meu encaminhamento, nesta manhã, é favorável ao nome desse educador, o Prof. Mário Neto Borges, ex-Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei, que trilhou carreira brilhante em favor da educação de Minas Gerais, do nosso país, e foi inovador no financiamento das pesquisas em nosso Estado, por meio da Fapemig. Foram projetos importantes, liderados e financiados pela Fapemig até este momento, sob a orientação, o comando do ex-Reitor da Universidade Federal de São João del-Rei, o nosso eminente Prof. Mário Neto Borges. É esse o nome que o Governador Anastasia apresenta ao Plenário desta Casa, para que tenha a alegria de confirmar essa designação.

Queremos, junto ao Deputado Célio Moreira, que tem lutado arduamente para que o metrô chegue ao Barreiro - e temos apoiado essa luta -, comemorar a destinação de recursos para a população carente do Norte de Minas e do semiárido mineiro. Esses recursos são do povo de Minas, são tributos arrecadados em nosso Estado. O biscoito que foi comido por uma criança nesta manhã tem imposto que vai para o governo federal e que tem de voltar para a nossa população. Mas isso não tem acontecido. Temos passado por nossas estradas e observado nossas cidades. Não há investimentos. Depois de nove anos de seca, estamos vendo a possibilidade de voltarem para Minas Gerais os recursos que pertencem ao povo mineiro. Ainda não chegaram. Foram arrecadados aqui e devem voltar para o povo de Minas Gerais, para que exerça sua cidadania, para que a população do semiárido, atingida pela seca, possa passar por este momento com dignidade, com atendimento de suas necessidades mais básicas. Sabemos que, neste momento de seca, as pessoas ficam severamente prejudicadas. Imagino que falo aqui em nome de todos os partidos que venceram as últimas eleições, dos partidos da base do governo do Estado.

São bem-vindos os recursos que a Presidente Dilma destinou para Minas Gerais. Receberemos muito bem os recursos que ela está enviando, pois serão usados na duplicação da BR-381 e no andamento de tantas obras que ficaram paradas nestes nove anos.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encaminhar favoravelmente à indicação do Sr. Mário Neto Borges para o cargo de Presidente da Fapemig, visto que ele tem feito um excelente trabalho na Cemig e na universidade que dirigiu. É um homem que tem as qualidades e a "expertise" necessária para presidir nossa Fapemig, nossa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, somos favoráveis a essa indicação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos do Deputado João Leite uma boa notícia para Minas Gerais. A Presidente Dilma libera um recurso para o metrô, para a BR-381, para o processo da mobilidade em Belo Horizonte. Ele disse que a base do governo não está satisfeita. Pelo contrário, o Governador Anastasia, mais uma vez, agradece a gentileza da Presidente Dilma ao prometer liberar recursos para o Estado de Minas para resolver a questão da mobilidade.

Não conseguimos andar nos horários de pico em Belo Horizonte. Tem de ter muita paciência no trânsito, principalmente nos corredores, como Cristiano Machado, Antônio Carlos, Contorno, Olegário Maciel, Afonso Pena, Andradas. Tivemos a notícia de que ela está prometendo liberar os recursos para dar mais mobilidade ao trânsito da Capital. A novelinha do metrô de Belo Horizonte já está caminhando para 26 anos. Espero que de fato esse recurso chegue a Belo Horizonte. Coordenei uma Frente Parlamentar em Defesa do Metrô de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. Estivemos no Senado, reunidos com os três Senadores do Estado de Minas Gerais, com os Deputados Federais, com o Ministro do Planejamento e o Ministro da Integração - salvo engano, das Cidades. Ali foi comentado. Quero também lembrar da reunião que tivemos com nosso saudoso Presidente José Alencar. Estivemos em seu gabinete quando exercia a Presidência. Ele estava empenhado em liberar recursos para o metrô de Belo Horizonte.

O Presidente Lula esteve no Triângulo Mineiro no início do seu segundo mandato e disse que sua prioridade seria liberar os recursos para o metrô de Belo Horizonte. A Presidente Dilma veio a Belo Horizonte e também disse que liberaria a duplicação da BR-381, conhecida como corredor da morte, onde morrem pessoas todos os dias. O Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, incansavelmente, praticamente de dois em dois dias, reúne-se em Brasília com o Ministério das Cidades, com a Presidente Dilma e com o Governador. Estava acordada uma parceria entre o governo federal e a Prefeitura de Belo Horizonte a fim de passar o Anel Rodoviário para a administração da Prefeitura de Belo Horizonte, que faria um projeto para que ele fosse revitalizado, recuperado.

Esta semana, tivemos a notícia de que não haverá mais contratos, convênios, porque falta projeto. Não sabemos se o Departamento Nacional de Incompetência no Trânsito - DNIT - faz maldade com Minas Gerais. Ficam todos nessa expectativa. Famílias estão enlutadas. Pessoas morrem todos os dias. Dizem que vão liberar o recurso. Quando todo o mundo começa a cobrar, dizem que não há



projeto. E como liberam um recurso da ordem de R\$3.000.000.000,00, conforme anunciado aqui? A proposta é endividar mais o Estado de Minas Gerais - é R\$1.600.000.000,00 que ficam sob a responsabilidade do governo do Estado, da Prefeitura de Belo Horizonte e da Prefeitura de Contagem. Mas quando você chega lá, não há projeto. Como é que você libera um recurso, como é que você fala que essa obra vai ficar em tanto, se não existe projeto? Onde estão os projetos? E o governo tem condições.

É como a questão das chuvas do início do ano. Algumas cidades foram praticamente arrasadas. Quase 80% foi destruído. O Ministro veio aqui e, salvo engano, ficou 5 ou 10 minutos em uma cidade, pegou o helicóptero e foi embora. E falou que ia liberar os recursos. Quando chega em Brasília, fala que não há projeto. Então, ficam minguando alguns recursos, dando um cala a boca, para que as pessoas tenham a impressão de que o dinheiro está sendo liberado.

Mas veremos que o Estado natal do Ministro, Pernambuco, recebeu milhões e milhões de reais, ao passo que os Estados atingidos - Rio de Janeiro, Minas Gerais - ainda padecem e carecem da boa vontade, do favor do governo federal. E Minas Gerais, pagando juros exorbitantes, não tem a contrapartida do governo federal.

Deputada Luzia Ferreira, V. Exa., que foi Presidente da Câmara, também lutou pelo metrô de Belo Horizonte. Não acredito que esse recurso será liberado. Logicamente, o nosso Governador, com a sua gentileza, sempre agradece à Presidência. Todo recurso é bem-vindo, mas ocorre que ele só fica na promessa. Quantas vezes ela veio aqui e prometeu a liberação de verba para a duplicação da BR-381 e para a revitalização do Anel Rodoviário. Disse, também, que liberaria não sei quantos milhões para as obras do metrô. Onde está o dinheiro? Até agora, nada.

Certa vez, travamos uma discussão produtiva com o Deputado Rogério Correia, cobrando-lhe a reforma da BR-381, que, em suas palavras, seria inaugurada pelo Presidente Lula e de cujo evento eu não deveria participar porque criticava a Situação, ao que lhe respondi que estaria presente caso o Presidente aqui comparecesse. Mas o Lula saiu da Presidência, e, até hoje, não inauguraram a obra.

Recebemos a notícia, que compartilhamos com os nobres pares, de que a Presidente Dilma liberará mais de R\$3.000.000.000,00 para Minas Gerais, destinados às obras do metrô, do Anel Rodoviário, da BR-381 e, salvo engano, para o instituto de pesquisas e cursos técnicos.

Sr. Presidente, estamos cansados de promessas e dessa boa vontade que não é concretizada. Queremos o dinheiro no caixa do governo, o recurso liberado para que as obras sejam imediatamente iniciadas. Mas de palavras de promessa dirigidas à imprensa, já estamos cansados. Queremos o dinheiro no caixa para que as obras realmente aconteçam.

O Deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente à indicação do Prof. Mário Neto Borges para a Fapemig. Tive a oportunidade de participar da Comissão que o sabatinou, conhecendo o seu grande preparo. Mas me lembro, Sr. Presidente, de algum tempo atrás, quando em nossas escolas havia as seguintes disciplinas: Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais, que incentivavam os alunos a seguirem o caminho das pesquisas. Precisamos de pesquisas no Brasil e, infelizmente, não recebemos investimentos do governo federal para desenvolver produtos e registrar patentes a fim de não ficarmos na dependência do mercado externo, de outros países, como ocorre. E somos dependentes em todas as áreas, como na de investimento agrícola e na de saúde. Há falta de pesquisa para acabar com a seca no Nordeste, o que é importantíssimo para o desenvolvimento do nosso país.

Queremos que o Brasil faça parte do Primeiro Mundo, saia da condição de país emergente, garantindo sua economia forte. Caminhamos para ser a 5ª economia do mundo. Precisamos agregar valores aos nossos produtos, por meio de pesquisas, obtendo patentes, transformando tudo isso em melhor qualidade de vida para o povo brasileiro. Quando ouvimos o anúncio de alguns recursos do governo federal para investimentos em Minas Gerais, ficamos tristes. Falaram em R\$3.000.000.000,00 e, às vezes, demoram dois, três, quatro, cinco anos para anunciar uma cifra tão alta de investimentos. Anuncia-se esse investimento, mas, até ele chegar, a distância é muito grande. Ficamos tristes ao vermos falarem dessa liberação de recursos, porque parece que se está fazendo um favor, parece que o dinheiro é muito para um Estado do tamanho de Minas Gerais. Quando se fala em R\$119.000.000,00 para investimento no Norte do Estado e para acabar com a seca, é muito bom. Mas esse valor é a ponta do "iceberg", é o mínimo que pode ser colocado. O que queremos é aquilo a que Minas Gerais tem direito, porque somos um ente da Federação e contribuimos muito para enriquecer o caixa do governo federal, que, infelizmente, não é distribuído de maneira equilibrada.

Quando se fala em federação, entendemos que deveria haver equilíbrio em termos de recursos financeiros, equilíbrio econômico, equilíbrio na distribuição de dinheiro para a área da saúde e a da educação. Queremos uma federação igualitária. Queremos que venha para Minas Gerais o que lhe é de direito, a fim de que o Estado possa restituir ao cidadão o que lhe foi tirado, que são os impostos que vão para o governo federal. Mas, infelizmente, 70% dos recursos arrecadados ficam lá.

Ao se falar desses recursos que vêm para Minas Gerais, já deveria ser dito que o dinheiro está em caixa, está à disposição, porque, até isso virar realidade, vai mais um, dois anos. Muitas vezes, vem o facão da Presidente e corta os investimentos de Minas Gerais, fazendo com que o Estado viva o que está vivendo hoje: o estrangulamento do seu sistema viário. E isso se vê hoje no Brasil, também. Nos nossos corredores, tanto faz ser Anel Rodoviário quanto ser BR-040 ou 381, porque o que acontece cada vez mais são pessoas morrendo por falta de investimento. Esse dinheiro que está chegando é nada perante o que Minas Gerais precisa. O que está chegando decorre de obrigação do governo federal de investir no Estado de onde o dinheiro foi tirado. O que queremos é esse dinheiro de volta.

Para vir de Sete Lagoas para Belo Horizonte, costume falar que não há mais a BR-040, mas uma via expressa que mata cada vez mais. Hoje a duplicação já não resolve o problema. Já nem falamos em fazer a terceira pista, mas a quarta. O automóvel está popularizado, e isso é importante porque aquece a economia. As pessoas têm a oportunidade de possuir um veículo. Esse é um direito de todos, mas se esqueceram de fazer o sistema viário; esqueceram-se de que tem de haver pesquisa, tem de haver investimento em outro setor. Isso faz com que vivamos essa situação caótica em Minas Gerais, que não é diferente no Brasil.

Estou falando do investimento em Minas Gerais porque o orçamento da União está em torno de R\$1.500.000.000.000,00. Sendo assim, R\$119.000.000,00 é muito pouco para que possamos resolver o problema da chuva. Vai amenizar, às vezes vai resolver o problema de determinados setores e em algumas cidades. Contudo, não vai resolver o problema, porque o investimento teria de ser muito maior. Teria de estar à altura do que foi tirado do Norte de Minas; teria de estar à altura da contribuição de Minas. Não se pode



levar todo o dinheiro para o Nordeste. Não se pode levar todo o dinheiro para Pernambuco, esquecendo-se de que Minas Gerais contribuiu muito mais, porque é muito maior. O Estado de Minas Gerais é muito grande dentro da Nação. Em Minas enfrentamos problemas diversos de seca, de estrada, de saúde. O que precisamos é de dinheiro. O que precisamos é de investimentos do governo federal para resolvermos os problemas das cidades. O que vemos aqui são Prefeitos cada vez mais estrangulados, sem ter para onde correr. É para isso que queremos chamar a atenção, porque o governo federal gasta, só para manter a máquina, 30% de tudo que arrecada. Tudo isso para manter a mordomia de Brasília, para manter a mordomia do governo federal. Essa máquina é muito pesada, infelizmente. Como mineiros, queremos que o governo federal crie a agenda de discussão da segurança pública, para tentar resolver o problema do “crack”, tentar resolver o problema do ir e vir do cidadão, que está na Constituição. Queremos que seja criada uma agenda para discutir como resolver os problemas da reforma política, da reforma tributária, cujas soluções podem levar o país para o Primeiro Mundo. Não temos estradas, não temos aeroportos, não temos armazéns. Precisamos dessa infraestrutura para o nosso desenvolvimento. Isso é necessário para o país, e quem tem o poder de trazer essa agenda para discussão é o governo federal. Infelizmente, vivemos estrangulados.

Em Minas vemos o governo do Estado investindo na Fapemig, que investe na pesquisa, o que levou o nosso Estado a ser o segundo com o maior número de patentes registradas. Isso acontece porque investimentos estão sendo feitos, o que deveria também estar acontecendo em todo país. Precisamos de pesquisas em projetos para agregar valores aos produtos, dar oportunidade de alunos estudarem lá fora. Quem conhece os números da Fapemig sabe que o governo tomou o caminho certo, mas não adianta apenas o governo estadual fazer a sua parte. O governo federal, que detém o maior número de recursos, precisa fazer a sua parte. O governo precisa criar projetos muito mais avançados, com muito mais recurso financeiro para que possamos dar oportunidade ao Brasil de sair do Terceiro Mundo, de deixar de ser país emergente. E sem pesquisa, com certeza, não chegaremos a lugar nenhum. Vamos continuar dependentes de outros países que investem pesado em pesquisas.

Gostaria de chamar a atenção dos Deputados, porque precisamos fazer pressão, precisamos chamar a atenção do governo federal para que ele cumpra a sua parte da responsabilidade de criar essas agendas. Uma delas, é o investimento em pesquisa. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero, neste momento, cumprimentar o Presidente do PCdoB de Itaúna, o jovem Pastor Gil Máximo, da Igreja Quadrangular do Bairro de Lourdes, da querida cidade de Itaúna.

Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente à indicação do Sr. Mário Neto Borges para a Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -, importante fundação de fomento à pesquisa no Estado. A indicação à Presidência da Fapemig vem em um momento muito importante, porque o governo federal, o governo da Presidenta Dilma volta-se cada dia mais para o fomento à pesquisa científica, para a formação de pesquisadores, para o incentivo à qualificação dos nossos profissionais no mestrado e no doutorado, inclusive abrindo uma possibilidade para a formação desses jovens doutores e mestres em convênios internacionais, permitindo que a pesquisa científica brasileira se desenvolva cada dia mais, incentivando e aumentando a produção científico-tecnológica no País. O governo federal tem se preocupado - e a Presidenta Dilma também - com o fomento à indústria brasileira, que está sendo feito em comum acordo com o setor empresarial, com o setor produtivo e com os trabalhadores e as centrais sindicais.

Há 15 dias, no Plenário desta Casa, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, por intermédio do seu Presidente, Olavo Machado, e as centrais sindicais, por iniciativa do nosso Deputado Celinho do Sintrocetel, realizaram um importante seminário, um importante debate público, cujo tema foi o grito de alerta contra a desindustrialização. A Presidenta Dilma está preocupada com esse tema. A economia brasileira está indo muito bem, mas estamos tendo dificuldades quanto ao fomento à indústria nacional. E o fomento à indústria nacional passa pelo fomento à pesquisa científica, passa pelo fomento às fundações de pesquisa, passa pelo fomento aos institutos tecnológicos, aos Cefets e também à Rede Senai de aprendizagem técnico-profissionalizante.

A Presidenta Dilma anunciou nesta semana R\$1.900.000.000,00 para a formação profissional na Rede Senai. Desse total, R\$260.000.000,00 serão destinados ao programa do Senai de formação tecnológica, com a abertura de seis novos institutos de formação profissional em Minas Gerais, com a ampliação da rede móvel do Senai, para levar a formação profissionalizante ao interior do Estado, e com o incentivo ao convênio Cetec-Senai, com a participação muito especial da Fapemig. A produção científica e tecnológica é de fundamental importância. No momento em que estamos discutindo o fomento à indústria, no momento em que estamos discutindo a importância da retomada da industrialização no País e no Estado de Minas Gerais, não podemos deixar de falar da Região Metropolitana, do chamado Vetor Oeste da Região Metropolitana.

O que ele é, Sr. Presidente? É justamente o vetor formado por um polo siderúrgico importante, que é o polo do Barreiro, de Ibitiré. É outro polo importante de Betim, da indústria petroquímica, da indústria de petróleo e da indústria automobilística. Contagem, de forma muito especial, é o berço da indústria mineira, que tem o maior parque industrial montado e a maior diversidade de sua base econômica, tem indústrias fortes de biotecnologia, de química, de alimentos e de perfilados. É um grande polo industrial.

Retomar a pesquisa científica, retomar o desenvolvimento da indústria nacional pressupõe, sem dúvida, o fortalecimento do chamado Vetor Oeste. Nesse sentido, Sr. Presidente, há uma grande debilidade do Vetor Oeste, que é justamente a mobilidade urbana. É o setor que sofre com a dificuldade de mobilidade, com o trânsito de trabalhadores e de carga. Nesse sentido, não podemos deixar de considerar a notícia de ontem, altamente positiva. Não estamos mais falando de promessas. Um total de R\$2.000.000.000,00 foram liberados para o metrô de Belo Horizonte, aquele que construirá duas novas estações em Contagem, a estação do Parque São João e a estação do Bernardo Monteiro, que é parte da expansão da Linha 1 do metrô. E, ainda, há a previsão de ele chegar a Betim após 2014. Esses R\$2.000.000.000,00 liberados ontem farão com que se comecem as obras da tão sonhada Linha 2, que é a linha do Barreiro ao Calafate, uma importante ligação com a região do Barreiro, de fundamental importância. Ao chegar ao Barreiro, o metrô atenderá, de forma muito especial, ao Bairro Industrial, em que eu moro, o Industrial-Amazonas, assim como à região de Ibitiré. Foram R\$2.000.000.000,00 liberados, e, desse total, R\$878.000.000,00, Sr. Presidente, serão financiados pelo maior banco de fomento público do mundo, o banco público brasileiro, chamado BNDES.



Essa expansão do metrô passa, também, por uma parceria com o governo do Estado de Minas Gerais, do Governador Antonio Augusto Anastasia, que ontem mesmo já anunciou a licitação dos projetos. Portanto, houve convergência de governos. A Presidenta Dilma liberou os recursos de que Minas Gerais precisa, fez justiça a Minas Gerais e nos fez esquecer também o período tenebroso em que um Presidente da República não liberou um centavo para Minas Gerais, muito pelo contrário. Esse Presidente da República, cujo nome nem gostamos de dizer, em vez de liberar dinheiro para Minas Gerais, bloqueava-o na conta, porque o Itamar Franco era o Governador deste Estado. Esse passado é passado; não fazemos política pelo retrovisor. A Presidenta Dilma, com o Governador Anastasia, está trabalhando em prol de Minas Gerais. O Governador anunciou que fará a licitação da obra. A parceria também envolve a Prefeitura de Belo Horizonte, o grande Marcio Lacerda, Prefeito que mais obras fez em Belo Horizonte nos últimos 50 anos, porque governa em convergência com o governo federal e com o governo do Estado. Também contamos com a parceria da Prefeitura de Contagem, que deu dinheiro para que a obra do metrô seja realizada.

Sr. Presidente, investir em pesquisa é investir em infraestrutura, é investir em mobilidade urbana, é investir na Fapemig. Nesse sentido, estamos encaminhando favoravelmente à aprovação do nome do Sr. Mário Neto Borges, pois a pesquisa científica é fundamental e, para ela existir, é necessário haver fomento à indústria e investimentos em Contagem, Betim, Barreiro e Igarapé. Para isso, o Governador Anastasia, a Presidenta Dilma, o Prefeito Marcio Lacerda e a Prefeita Marília Campos estão trabalhando. É isso que o povo quer ver: os governos trabalhando e trazendo resultados, e não só reclamando. Por isso somos favoráveis à aprovação do nome do Sr. Mário Neto Borges para Presidente da Fapemig.

O Deputado Elismar Prado* - Sr. Presidente, também gostaria de encaminhar favoravelmente à indicação do Sr. Mário Neto Borges para a Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig.

Essa discussão tem tudo a ver com os investimentos que a Presidenta Dilma anunciou recentemente, pois, afinal de contas, a missão principal da Fapemig é a indução e fomento à pesquisa e inovação científica e tecnológica para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, que não é uma ilha, como não o é nenhum outro Estado ou Município. É necessário haver as parcerias. Na verdade, se fizermos uma análise histórica, observaremos que nunca houve tantas transferências da União para os Estados e Municípios como agora, com o governo da Presidenta Dilma, e nos oito anos de governo do Presidente Lula. É claro que discutimos o pacto federativo e a renegociação da dívida, que são muito importantes, e apoiamos essa iniciativa também, mas não podemos nos omitir nem ser ingratos no sentido de não reconhecer tudo o que tem sido feito no governo da Presidenta Dilma e o que foi feito no governo do Presidente Lula.

Queria reconhecer e comemorar o anúncio feito pela Presidenta de investimento total de R\$32.000.000.000,00 para todo o País e de R\$3.100.000.000,00 para obras de mobilidade em Minas. Os investimentos em Minas, desse total, correspondem a 36,4%. Quero falar aqui também no Deputado Federal Weliton Prado, Presidente da Frente Nacional dos Sistemas Metroviário e Ferroviário do País, que realizou inúmeras reuniões em Brasília, no Ministério das Cidades, para discutir esses investimentos e os projetos de ampliação do metrô em Belo Horizonte. Também continuamos na luta por essa expansão e pela viabilidade dos projetos para Betim e Contagem.

Então, quero comemorar aqui os investimentos anunciados pela Presidenta Dilma, que estão na mesma direção dos investimentos em pesquisa, relacionados ao trabalho da Fapemig. Houve também o anúncio de investimentos da ordem de R\$260.000.000,00 em Minas Gerais para o Pronatec relativo aos Centros de Inovação Tecnológica. Na verdade, recordo-me dos anos do movimento estudantil. Sou oriundo da União Nacional dos Estudantes - UNE -, e nossa luta naquela época era para a retomada do investimento do governo federal no ensino técnico. Infelizmente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto que acabou com o ensino tecnológico no Brasil. O sistema foi destruído, e agora, graças a Deus, com a revogação desse decreto pelo ex-Presidente Lula, o Brasil voltou a investir no ensino profissional, já que precisamos qualificar a mão de obra. Já existem várias escolas técnicas em todo o Brasil - mais de 200. Em Minas, já são 12, e agora vêm mais 3, ou seja, elas estão sendo ampliadas e oferecendo oportunidades a nossa juventude.

Só para citar um exemplo do Triângulo, além do Pronatec e das escolas técnicas, temos a expansão universitária. Antes do Presidente Lula, há 25 anos, não se investia um centavo na expansão do ensino superior no Brasil, e hoje temos centenas de extensões, apenas na região do Triângulo. Já inauguramos a extensão da Universidade Federal de Uberlândia em Monte Carmelo - já está funcionando -, Ituiutaba e Patos de Minas - já está aprovado. Há uma discussão para fazer a extensão até Araguari. Essas extensões universitárias ocorrem em todo o Estado, interiorizando o acesso ao ensino superior, dando mais oportunidades a milhares e milhares de estudantes. A Presidenta Dilma anunciou R\$119.000.000,00 de recursos federais para o combate à seca em Minas. Quero comemorar esses investimentos porque existem regiões em Minas que sofrem muito com a seca. Gostaria de perguntar quanto o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso investiu em Minas Gerais nos seus oito anos de governo. Será que alguém sabe dizer isso? Mesmo que não queiram, vamos continuar tratando todos os Estados e Municípios sem discriminação, sem preconceito, porque, na verdade, essa não é uma questão partidária ou política, é uma questão de interesse público. É assim que se faz política de Estado, e não de governo.

As transferências federais se ampliaram muito, mas queremos muito mais porque há muitos problemas em Minas. Nestes últimos anos tiramos 28 milhões de pessoas da pobreza extrema. Quase 40 milhões de pessoas ingressaram na classe média, mas ainda há 16 milhões de miseráveis em Minas Gerais. Há muito que fazer. Acho que a discussão da dívida do Estado é legítima, mas não podemos tratá-la no viés da disputa político partidária. Se não há educação em Minas, é culpa do governo federal; se não há saúde, é culpa do governo federal; se não há segurança pública, é culpa do governo federal. Isso é tapar o sol com a peneira e não reconhecer tudo que tem sido feito em Minas Gerais com os programas de transferência de renda como o Minha Casa, Minha Vida, Caminhos da Escola e outros. Quando fui Deputado Federal investimos mais de R\$10.000.000.000,00. Centenas de cidades receberam recursos para ampliar sua frota de transporte escolar garantindo-se o acesso de estudantes à escola. Recordo-me também dos investimentos no Pró-Infância, construção de creches, ampliação do acesso ao ensino infantil em todo o Estado de Minas Gerais. Deputado Rogério Correia, V. Exa. se lembra muito bem de como o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso recebia os Prefeitos que chegavam em marcha em Brasília. Recebia com bombas de gás lacrimogêneo e cachorros. V. Exa. viu também como o Presidente Lula recebeu os Prefeitos

em suas marchas a Brasília. A Presidenta Dilma também os recebe com respeito e dignidade, sentando-se à mesa, discutindo e recebendo as reivindicações. Muitas delas foram acatadas, e muitas estão em discussão. É legítimo que os Prefeitos reclamem. Os Municípios assumem muitas atribuições do Estado e da União, por isso as reivindicações são legítimas. Nós tratamos os Prefeitos com respeito e negociamos com eles.

Por fim, se a dívida do Estado de Minas Gerais triplicou, que sentido tem falar em choque de gestão e déficit zero? O próprio Governador Azeredo, em 1997, fez a negociação com o governo do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, e foi a negociação mais desastrosa da história de Minas, levou a dívida a triplicar. Então o choque de gestão e o déficit zero foram uma falácia, uma mentira. Precisamos tratar isso de outra forma e discutir os juros que o Estado paga à Cemig. A dívida com a Cemig já passou de R\$5.000.000.000,00, a conta mais cara do Brasil. O imposto mais caro do Brasil é o da Cemig. É preciso discutir as questões em casa também. Precisamos fazer o dever de casa e discutir a perversidade do governo com relação aos impostos de Minas Gerais que sacrificam a vida do nosso povo.

Enfim, falando de investimento em tecnologia e inovação, votamos favoravelmente à indicação do nome do Sr. Mário Neto Borges ao cargo de Presidente da Fapemig, que é a nossa Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Era isso, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o que nos traz aqui é a discussão da indicação do Sr. Mário Neto Borges para o cargo de Presidente da Fapemig. Já está acertado que a sua indicação terá quase unanimidade, mas com muita responsabilidade, até porque isso tem influência direta na pesquisa e porque, em Minas Gerais, estamos andando para trás, haja vista que o governo determinou a volta das salas multisseriadas no Estado. V. Exa. já foi Prefeito e sabe o que estou dizendo. Meninos de 6 anos ficarão juntos a meninos de 10 anos, na mesma sala de aula, separados apenas por filas. A professora dará aula para cada turma, por filas. Tenho quase a certeza de que o Governador Prof. Antonio Anastasia está sendo enganado pela Secretaria de Educação, porque não pode aceitar isso nos tempos de hoje. A responsabilidade do Mário, ao assumir a Fapemig, deve ser cuidar exatamente dessa questão. Como ele poderá fazer pesquisas, se os nossos alunos não têm condições de estudar nem de aprender? Salas multisseriadas é coisa do passado, de 30, 40, 50 anos atrás, era bastante normal para o ensino da época. Naquela época, o menino que saía do 4º ano tinha um aprendizado melhor que o menino que hoje completa o ensino fundamental. Não sei que técnica era usada, apenas que as matérias ensinadas eram as mais básicas. Hoje eles inventaram um monte de coisas que ninguém sabe para que servem, já que não trazem nenhum benefício aos alunos. As salas multisseriadas é um problema que precisa ser revisto pelo governo.

O Sr. Antônio Braz, professor de Filosofia e Sociologia da Escola Estadual Imaculada Conceição, de Pedro Leopoldo, está pedindo providências da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre a questão das salas de aula de 30m², apenas, que não comportam os alunos e ainda serão multisseriadas. Não sei o que está acontecendo. Às vezes fico me perguntando o que está acontecendo em Minas Gerais. Talvez isso se deva à omissão e à submissão excessiva desta Casa ou ao momento que vivemos, em que não se pode falar nem questionar nada. A Comissão de Educação não pode reunir-se nem fazer audiência pública para discutir salas multisseriadas ou mesmo o fim do Centro Estadual de Educação Continuada - Cesec. No entanto, são as discussões internas que fazemos aqui que dão ao governo a sensação do que está acontecendo.

O governo fica vendendo a ideia de que está havendo investimento em segurança pública, mas, contrariamente, estou propondo uma discussão sobre a desintegração das polícias de Minas Gerais. Digo isso porque integração é só balela, é só na conversa, não existe. Agora a ousadia chega a tanto, que eles estão assaltando, em plena luz do dia, um "shopping" no centro de Belo Horizonte. E ninguém é preso, ninguém é perseguido, nem nada, porque não há segurança. Então, quando esse rapaz vai assumir a Fapemig, ele entra num momento de grandes dificuldades. Isso porque a pesquisa passa por segurança pública, educação, melhores condições de vida da sociedade, para podermos investir na pesquisa. Então, esse nome entra com muita responsabilidade. Esperamos que ele faça a diferença. E há espaço. Estou vendo aqui muita gente cobrando, dizendo que a Presidente não investe em Minas Gerais. E não vai investir mesmo, não, pois Minas Gerais não tem problemas. Qual problema tem Minas Gerais? Não temos problema de transporte, não temos problema com segurança pública, não temos problema com a saúde. Aqui está tudo beleza, aqui é o paraíso, então ela vai investir em outros lugares. Quando ela diz que vai liberar recursos do PAC, não há nenhum projeto para o metrô de Belo Horizonte. Ainda estão pensando em licitar. Como se faz um projeto de metrô subterrâneo em Belo Horizonte se nem o projeto de prospecção do solo existe? Ele não existe, ainda estão programando. Então, não se pode cobrar esses investimentos. Espero que o Mário, na Fapemig, cobre esses investimentos; espero que ele possa fazer investimentos, porque há recursos. No Orçamento, 1% é direcionado para a Fapemig, para a pesquisa.

Então, esperamos que ele seja indicado, que ele tenha toda a sorte e faça a diferença. Estamos com muita expectativa de que ele consiga fazer o com que sonhamos: fazer Minas voltar a ter educação, pesquisa e mais desenvolvimento na área tecnológica.

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Esgotado o prazo destinado à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.601/2011 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.856/2012 seja apreciado em segundo lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.



Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.846, que dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, pedi para encaminhar o veto. O projeto dispõe sobre a declaração de áreas de vulnerabilidade ambiental e dá outras providências sobre a questão ambiental. Contaremos com representantes dos diversos conselhos, tanto do IEF quanto do Ibama, da Copasa e das Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Ibitaré, Nova Lima e Belo Horizonte. Haverá a representação de diversos setores do Estado, e não apenas da área ambiental, mas também da Copasa e de outras empresas interessadas no assunto.

Fiz questão de relacionar a discussão desse veto com um estudo que realizamos sobre investimentos já feitos pelo governo federal em Minas Gerais - até porque se suscita muito essa discussão para sabermos se há ou não investimentos. Primeiro, fizemos uma indagação: houve investimento em Minas Gerais quando o PSDB governava o Brasil? A resposta é simples: não houve praticamente nenhum investimento. Havia uma inimizade pessoal e político-administrativa entre o Governador Itamar Franco e o Presidente Fernando Henrique. Nessas áreas relativas ao veto que discutimos, o ex-Presidente Fernando Henrique simplesmente não fez investimentos, então não houve investimentos em Minas Gerais. E os Deputados ficaram acostumados a isso, acreditaram que sempre seria assim. Com o advento dos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, ocorreu o contrário: o investimento feito na área ambiental, que discutimos agora nesse veto, é colossal. Fizemos um pequeno levantamento apenas para que os Deputados e Deputadas, ao votarem esse veto, saibam, de fato, quais investimentos foram feitos.

Deputado Délio Malheiros, para que se tenha uma ideia, o investimento feito de 2007 a 2010 pelo governo federal em Minas Gerais foi na ordem de R\$4.700.000.000,00, apenas no que diz respeito a infraestrutura logística, como estradas. Foram investidos pelo governo federal R\$4.700.195.500,00 no período de 2007 a 2010, em Minas Gerais. No Aeroporto de Confins foram investidos R\$600.000,00 e, em rodovias, como a BR-040, foram investidos R\$2.600.000,00. Essas obras estão concluídas. Na BR-146, entre Patos de Minas e Araxá, em pavimentação, foram investidos R\$6.900.000,00; na BR-251, R\$3.400.000,00; na BR-364, R\$8.300.000,00; no anel de Uberlândia, R\$7.200.000,00; na duplicação do trevo de Curvelo e Sete Lagoas, R\$22.000.000,00; e, na BR-135, que vai para Montes Claros, R\$80.900.000,00. Os Deputados que não estiverem acostumados a investimentos do governo federal em Minas Gerais podem acessar www.brasil.gov.br, que verão toda a aplicação de recursos neste Estado. Somente na área de infraestrutura, de 2007 a 2010, em estrutura logística, foram investidos R\$4.719.000.000,00.

Deputado Délio Malheiros, na área dos Territórios da Cidadania, que ajudei a coordenar quando estive no MDA, foram aplicados R\$2.600.000.000,00. Esses Territórios da Cidadania estão nas áreas mais pobres do Estado, como Vale do Mucuri, que tem três, Vale do Jequitinhonha, que tem um, Norte de Minas, que tem dois, e o sertão de Minas Gerais, que tem um. Ao todo são oito Territórios da Cidadania.

Nessa semana, a Presidente Dilma anunciou que já alocou recursos para o nosso Estado. Ontem o Governador esteve lá exatamente para comemorar isso. O governo federal investiu mais R\$2.500.000.000,00 nesta semana para o metrô e mais R\$1.100.000.000,00 para Belo Horizonte e Contagem, e ainda para particular e o Estado. Esse recurso já foi empenhado, alocado pela Presidente Dilma. Sei que a base do Aécio Neves não gosta dessa notícia, pois quer que seja quanto pior, melhor.

Sr. Presidente, esses dados foram expostos claramente. Quando discutimos o veto referente à Proposição de Lei nº 20.846, assistimos a isso.

Basta falar a verdade, que o dinheiro está vindo para Minas, que a base do Aécio, os aecistas, aqueles que acham que quanto pior, melhor, ficam nervosos. Para a base do Aécio, se não vier o metrô, melhor, porque, em 2014, o Aécio poderia fazer, em tese, um discurso para dizer que as coisas não aconteceram. Acho que não deveria ser assim. A oposição que torce para o quanto pior, melhor não é uma boa oposição. Por exemplo, quando o Prof. Anastasia anuncia coisas boas, evidentemente, falo aqui na Assembleia: que bom que o Governador Anastasia está anunciando. O problema é que não vejo anúncios. A própria base do governo não vem aqui dizer o que fez. A única coisa que ela faz é reclamar que a Dilma não fez, porque não sabe o que o Anastasia fez. A base do governo Aécio é uma base choraminguenta, que reclama do que está sendo feito. Quero dizer para a base do Aécio que não tenha essa postura de tanto rancor, achando que quanto pior, melhor, porque assim não vai ganhar as eleições de 2014. A Dilma está aplicando recursos. Agora vai ser metrô, depois, o Anel Rodoviário. O Deputado Fred Costa está numa luta importante para trazer essas verbas. É assim que se faz. Não tem que ficar dizendo que o dinheiro não virá, chorando como ave agourenta para que Minas Gerais fique na mesma situação em que ficou na época de Fernando Henrique, quando o dinheiro realmente não vinha para cá. Naquela época, a única coisa que o Fernando Henrique Cardoso fazia era brigar com Itamar Franco e com o fiscal de Minas. Agora, não, tem outra relação. O Prof. Anastasia foi lá ontem, agradeceu à Dilma. Ontem foi anunciado um investimento importante do Pronatec. Serão destinados R\$360.000.000,00 mais R\$119.000.000,00 para a seca, tudo anunciado ontem, na presença do governo do Estado. A Dilma chama uma parceria, como está fazendo com todo o Brasil, mostrando que o Brasil é viável e precisa desenvolver-se economicamente. Esse é o caminho para que possamos construir uma Minas Gerais e um Brasil melhores. Hoje, tirei o dia para parabenizar o governo federal e comemorar essas conquistas importantes.

Sr. Presidente, quando fazemos críticas, temos de estar embasados nos números. Trouxe todo esse balanço do governo federal, obra por obra. Só de rodovias, de 2007 a 2010, foram gastos R\$4.719.500.000,00: obras já concluídas. Por isso o Lula e a Presidenta Dilma são tão bem aceitos aqui. Depois, quero fazer um balanço das obras estruturantes do governo do Estado. A base do governo deveria estar preocupada com isso também. As obras estruturantes estão sendo aplicadas? Os Prefeitos me dizem: "Deputado Rogério Correia, o único projeto que funciona em Minas é o Minas sem Governo." Fui ver se os Prefeitos tinham razão. Peguei os projetos estruturadores, do balanço trimestral, vi Deputado Antônio Júlio, e constatei que dos R\$11.680.000.000,00 de crédito inicial previstos, o governo conseguiu empregar no trimestre apenas R\$1.800.000.000,00. Era para ter conseguido R\$2.900.000.000,00. Vou enumerar item por item em que o governo não consegue gastar o seu recurso, mas só para o povo do Jequitinhonha saber. Estavam



previstos para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha R\$3.705.000,00, mas o governo do Estado só investiu R\$2.080.000,00. Por isso é que os Prefeitos do Jequitinhonha estão insatisfeitos. Estavam previstos para o Programa Saúde em Casa R\$109.510.000,00, mas só foram investidos R\$15.000.000,00. Tenho dado por dado dos projetos estruturantes. O governo de Minas não está andando. A base aécista tenta dizer que isso é culpa do governo da Dilma. Mas o governo Anastasia está paralisado porque só pensa em Aécio 2014, só torce para que as coisas deem errado, trabalha para dar errado. Vamos parar com isso, vamos trabalhar para Minas Gerais crescer, vamos comemorar os investimentos da Presidenta Dilma, vamos trabalhar juntos para Minas e parar de ser ave agourenta. Isso é muito ruim para o Estado de Minas Gerais. Chega! Já passou o tempo de Fernando Henrique, em que ele brigava com o Itamar Franco. Agora, não. Vamos trabalhar em parceria, ajudar o governo de Minas. É isso que a Presidenta quer e é o que estamos dispostos a fazer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto aos arts. 6º, 7º e 8º da proposição.

- Registram seus votos os Deputados e a Deputada :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda.

O Deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, solicito-lhe que registre o meu voto “sim”, que não constou no painel.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 38 Deputados. Votaram “não” 6 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.846. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Duarte Bechir opinou pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, serei breve no encaminhamento desse veto. Como anunciei, a Oposição não está fazendo obstrução, ajudamos na aprovação do primeiro veto. Sem a presença da Oposição, a dificuldade de quórum seria maior. Peço aos companheiros que permaneçam no Plenário a fim de votarmos o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.913, que dispõe sobre a política estadual de coleta, tratamento e reciclagem de óleo e gordura vegetal ou animal de uso culinário e dá outras providências. A nossa posição é contrária ao veto e tem muito a ver com o que já vínhamos discutindo em relação ao veto anterior. Nesse caso, a questão ambiental também se coloca de forma taxativa, pois se trata da coleta de tratamento e reciclagem de óleo de gordura vegetal e animal e, portanto, é um projeto de lei que, no nosso entender, tem uma importância muito grande.

Inclusive, Sr. Presidente, na discussão do veto anterior, falei que falta ao governo - tem faltado este ano - condições para a implantação de seus programas. O que temos sentido é que o Estado anda parado, que a aplicação de recursos do governo estadual em Minas Gerais, sim, tem sido muito pequena. Os Prefeitos têm reclamado, em relação a assuntos como coleta de lixo, que não há recursos do governo do Estado que cheguem aos Municípios. Essa reclamação é grande. Fiz um apanhado dos projetos estruturantes do governo do Estado para saber se há aplicação de recursos. Reclamam muito que o governo federal não os está aplicando, e demonstrei que está. Só hoje, a Dilma anunciou R\$2.500.000.000,00; de 2007 a 2010 foram R\$4.700.000.000,00. Procurei saber sobre o governo do Estado. Seus programas estruturantes têm sido aplicados, têm chegado aos Municípios? Não, infelizmente, não. Dos R\$11.680.000.000,00 previstos para os projetos estruturantes do Orçamento, chegaram aos Municípios, em aplicação, apenas R\$1.800.000.000,00. O razoável é que se chegassem agora em torno de R\$3.000.000.000,00, 25% do trimestre, especialmente para as áreas sociais, que são as de situação mais difícil.

Deputado Antônio Júlio, para se ter uma ideia, vejamos o caso da Copa do Mundo. A previsão é a aplicação de R\$320.519.000,00. Sabe quanto chegou de aplicação desse projeto estruturante? Apenas R\$1.419.892,83 no trimestre. Ou seja, o governo não aplicou a parte dele na Copa do Mundo. E ainda reclamam da Dilma, dizem que ela não aplica recursos. O governo do Estado não aplicou os seus recursos. Citei esse projeto da Copa do Mundo, mas posso citar outros. Vou citar o Cultivar, Nutrir e Educar. O que lhe está previsto são apenas R\$150.650.000,00. Sabem o que foi aplicado? R\$10.193.879,00. Por isso, quando chegamos aos Municípios, os Prefeitos reclamam que a Emater não está funcionando, que faltam recursos até para colocar gasolina nos carros da Emater. Conversem com o Prefeito de vocês. Não é somente Prefeito do PT, do PMDB, da chamada Oposição, do Minas sem Censura: todos os Prefeitos reclamam. Os projetos estruturantes não estão recebendo investimento do governo do Estado. E vejam um projeto da educação, o Educação para Crescer. Nesse foi aplicado mais. Parabéns, pois a Secretária de Educação aplicou mais: de R\$5.076.000,00, já foram aplicados R\$1.121.000,00. Essa é uma aplicação razoável, é preciso reconhecer, mas já no caso do Infraestrutura de Defesa Social, que tem recebido tantas críticas, não. É bom dar exemplos: Defesa Social: de R\$1.031.429,00, foram aplicados R\$199.000,00, ou seja, está muito aquém do índice necessário, e é um programa estruturante. Há uma preocupação imensa da população quanto à defesa social. E assim vai. Já citei vários; agora, o Pré-Escola: dos R\$317.000.000,00, apenas R\$31.000,00 foram aplicados até agora. No Saneamento para Todos eram R\$109.000.000,00, e apenas R\$15.000,00 foram aplicados; no Saúde em Casa eram R\$142.000.000,00, e foram aplicados R\$18.000,00. O governo faz muita propaganda do projeto Travessia, então vamos a ele: dos R\$45.770.000,00, foram aplicados R\$1.342,00 num programa que é tão comemorado na televisão.

Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos, na verdade o Estado de Minas Gerais não está fazendo a aplicação dos seus recursos e fica reclamando que a Dilma não investe. Ele próprio não investe seus recursos nos programas estruturantes aqui aprovados por ele mesmo e colocados como peça fundamental.

Sr. Presidente, termino dizendo que estive na assembleia do Sind-UTE, em Tiradentes. Os professores estavam lá com esse prato vazio, que virou símbolo deles. Gostaria que a Assembleia tivesse mostrado isso. A educação mineira tem fome de piso salarial e carreira de qualidade. O prato vazio tornou-se o símbolo dos professores. Eles batem o prato na assembleia para demonstrar que têm fome. Não podemos alimentar os professores com alimentação escolar. Além disso, há salas multisseriadas, onde eles têm de ensinar bê com a, bá; bê com e, bé; seno sobre cosseno, tangente. Ela vai de uma turma para outra, coitada. E os professores estão lá. A educação mineira tem fome. Além da fome literal, o impedimento de poderem alimentar-se. As professoras escolheram um prato para ser o instrumento de campanha deste ano, para que o governo lhes dê atenção. Mas a perseguição às professoras continua. Elas têm mais de bater prato vazio, porque a educação tem fome.

Não há investimento do governo nos seus próprios programas estruturantes. Presidente, concluindo, não é correto que o governo do Prof. Anastasia se mire nas críticas ao governo da Presidente Dilma para justificar o seu fracasso. Quando se começa a governar um Município, um Estado ou a União, o Prefeito, o Governador e o Presidente têm alguns meses para se adaptar. Por exemplo, a população de um Município dá ao Prefeito 100 ou 180 dias para que ele faça um balanço e comece a governar. O governo do PSDB, do Anastasia e do Aécio, está governando há 10 anos. É muito tempo, para agora dizerem que não governam por causa da Dilma e do Lula. Depois de 10 anos, isso não cola mais. Damos tolerância de 100 ou 180 dias, pois o Prefeito está começando a arrumar a casa, mas, depois de 12 anos, alguém acredita que não se consegue governar por causa do governo federal ou por causa da dívida? A dívida foi feita pelo próprio PSDB e vem sendo paga. Todo ano é a mesma coisa. Como se justifica que os programas estruturantes não estejam recebendo recursos? O governo nos deve essa resposta, em vez de ficar o dia inteiro tentando justificar que os problemas são da Dilma. O povo brasileiro sabe que os problemas da Presidente não existem, porque o governo federal está funcionando, tanto que a Dilma está subindo que nem foguete nas pesquisas. Por que a Dilma sobe que nem foguete, e apenas o governo de Minas acha que ela está mal? O governo de Minas faz parte dos 5% que o consideram ruim ou péssimo, não o povo de Minas, que dá à Dilma aceitação estrondosa.

Recomendo ao Prof. Anastasia que comece a governar, em vez de fazer o que determina o Senador Aécio Neves: torcer para dar errado. O Aécio trabalha para dar errado, para ter discurso. Isso não é bom para Minas. Diria até que não é bom nem para o Senador Aécio Neves trabalhar para Minas dar errado. O fundamental é que dê certo, que o governo de Minas faça boa parceria para ser bem reconhecido. O Anastasia está caindo nas pesquisas por causa disso. A medida que diz que Minas está mal por causa do governo federal, realça que Minas está mal. E, quando o povo começa a desconfiar e a saber que o Estado vai mal, quem cai na pesquisa é o Anastasia. Daria um conselho ao Prof. Anastasia para ser governo e esquecer o projeto Aécio para 2014. Está muito cedo para Minas virar comitê do Aécio. Vamos fazer, governar Minas, Governador. A gente ajuda. Vamos ajudar com o veto, para que as coisas andem na Assembleia. Mas é preciso que o Governador queira governar, e não fazer o que o Aécio quer, ou seja, impedir que se governe. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita a votação destacada do veto ao "caput" e ao § 1º do art. 46-D a que se refere o art. 6º da proposição. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Hely Tarquínio em que solicita a votação destacada do veto aos §§ 2º e 3º do art. 46-D a que se refere o art. 6º da proposição. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita a votação destacada do veto ao art. 46-F a que se refere o art. 6º da proposição. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a votação destacada do veto aos arts. 46-G e 46-H a que se refere o art. 6º da proposição. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a votação em bloco dos destaques apresentados ao veto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo de votação; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto aos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da proposição, salvo destaques.

- Registram seus votos os Deputados e a Deputada :

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 42 Deputados. Votaram "não" 5 Deputados. Está mantido o veto aos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da proposição, salvo destaques. Oficie-se ao Governador do Estado. Em votação, o veto ao "caput" e aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 46-D e aos arts. 46-F, 46-G e 46-H a que se refere o art. 6º da Proposição de Lei nº 20.913.

- Registram seus votos os Deputados e a Deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, não consegui votar. Meu voto é "não".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 5 Deputados. Votaram "não" 39 Deputados. Está rejeitado o veto ao "caput" e aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 46-D e aos arts. 46-F, 46-G e 46-H a que se refere o art. 6º da proposição. À promulgação. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 20.913, exceto o veto ao "caput" e aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 46-D e aos arts. 46-F, 46-G e 46-H a que se refere o art. 6º da referida proposição

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011, do Deputado Fred Costa, que torna obrigatória a identificação de crianças e adolescentes nos estabelecimentos hoteleiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão do Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 353/2011 na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão do Trabalho.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2011, do Tribunal de Contas, que modifica a Lei nº 13.770, de 6/12/2000, que altera o Plano de Carreira dos Servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas de nºs 1 a 6, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos mais uma vez votando o plano de modificação de carreira do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que precisa mostrar para a sociedade de Minas para que existe, porque o Tribunal passou também a ter função política; perseguição política; adversários do governo têm tratamento diferenciado no TCE, o que é muito grave e precisamos combater isso de todas as formas. Em vez de combatermos a ineficiência do Tribunal do "faz de conta", cada vez mais criamos estruturas, uma vez que essa instituição mais parece ser um cabide de empregos que um Tribunal que funciona de acordo com objetivos para os quais foi criado. Digo isso com muita tristeza, apesar de reconhecer alguns de seus avanços, por exemplo, ao começar a analisar as contas de frente para trás. Acho isso importante.

Ontem, levantei a questão de um Vereador que está sendo multado por um ato praticado há 19 anos. O Tribunal continua fazendo esse tipo de coisas porque não assume o seu papel, já que multa principalmente os pequenos para mostrar a quantidade, e não a qualidade de seus atos. Os Vereadores do interior têm sofrido muito nas mãos do Tribunal de Contas, sem nenhuma lógica. O Tribunal, além de julgar, precisa de fiscalizar as contas, que é o seu papel. Mas também deveria dar aos Vereadores, principalmente aos das pequenas cidades, uma condição melhor para entenderem a burocracia de uma prestação de contas no serviço público. A contabilidade pública hoje fica nas mãos de poucas empresas que têm conhecimento, porque, no interior, não se consegue fazer uma prestação de contas da forma que o Tribunal quer. A burocracia dos orçamentos públicos, a burocracia da contabilidade pública é uma coisa que não podemos aceitar nos tempos atuais.

Volto a repetir que o Tribunal tem avançado em alguns pontos. Está tentando fazer a avaliação das contas em tempo real, mas os atos praticados há 20, 22, 19, 18 anos continuam sendo passíveis de multas, que é uma pena acessória, e não a principal, o que traz dificuldade e burocracia na cobrança de R\$1.000,00, R\$500,00, R\$1.500,00, e não resolve nada. Talvez, se o Tribunal apenas advertisse essas pessoas, houvesse mais eficácia que a aplicação de multas. A multa, volto a dizer, Deputado Elismar Prado, é apenas para mostrar quantidade; não carrega qualidade em sua aplicação nem na avaliação desses pequenos erros administrativos de formalidade, que não configuram desvios de recursos nem corrupção no serviço público, a qual infelizmente se encontra em todos os setores e deve ser combatida de todas as formas. Mas não é com essas multas que resolveremos os problemas ocorridos há 19, 20, 22 anos.

Se o Tribunal desse uma anistia retroativa, talvez justificasse a sua presença, a sua existência como Tribunal que analisa as contas. O Tribunal emprega um mundaréu de gente, tem uma estrutura muito grande para analisar coisas de 20, 18, 15, 25, 22 anos passados. Fazemos esse questionamento porque a Assembleia tem sido muito complacente com ele. Apesar de ser um órgão auxiliar desta Casa, é hoje, na verdade, um apêndice do PSDB de Minas Gerais, um apêndice do governo. Os Conselheiros e membros do Tribunal de Contas atualmente são, em sua maioria, oriundos de um partido político. Portanto, o Tribunal virou um apêndice de governo.

Fizemos uma denúncia - e ela se encontra paralisada - quando o governo do Estado, por meio do Ipsemg, realizou uma licitação totalmente viciada, totalmente direcionada, que não suporta dois minutos de fiscalização.

O Tribunal de Contas, num primeiro momento, suspendeu o ato e, depois, disse que estava legal. Não tiveram nem a capacidade de modificar o relatório, porque era o mesmo que foi apresentado pelo Ipsemg e acatado pelo Ministério Público. Isso nos deixa bastante

preocupados. Digo sempre que a coisa pública tem de melhorar seu sistema de fiscalização, de auditoria, mas não da forma como ocorre hoje: quando é companheiro, não tem problema; quando é do Estado, não tem problema; mas, quando é de um Prefeitinho do interior, de uma cidade desse tamanho, aí tem problema - perde mandato, querem cassá-lo, querem tomar os bens dele, querem entrar na Justiça, para que ele possa ressarcir os cofres públicos por um ato administrativo que não é desvio de recursos.

Essa estrutura que o Tribunal tem é muito grande, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uma análise mais aprofundada dessa matéria, mas queria contar com a presença dos Deputados, pois percebo a ausência deles neste momento, Sr. Presidente.

Questão de Ordem

Deputado Antônio Júlio - Solicito a V. Exa., Sr. Presidente, o encerramento, de plano, da reunião, para que possamos continuar a discussão na parte da tarde, em razão da clara ausência de parlamentares no Plenário. Solicito ainda que o meu tempo seja resguardado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/3/2012

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlin Moura e Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a debater a transferência do Parque de Exposições da Gameleira, a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Ima, representando o Vice-Governador do Estado e o Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Elmiro Nascimento; Roberto Simões, Presidente da Faemg; Virgílio Vilefort Martins, Vice-Presidente da Associação Mineira dos Criadores de Guzerá e da Associação Mineira dos Criadores de Gir Leiteiro; Emir Cadar, Presidente da Academia Brasileira dos Criadores do Cavalo Campolina; e Mendelssohn de Vasconcelos, gerente do Parque de Exposições da Gameleira, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Fabiano Tolentino e Carlin Moura, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.842/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.702, 2.710, 2.730, 2.736 e 2.738/2012. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.991/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada visita dos membros desta Comissão ao Governador do Estado para tratar da violência no campo, em especial do roubo de gado e demais crimes praticados contra o patrimônio de produtores rurais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Romel Anízio - Liza Prado.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/4/2012

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 56/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.830 e 2.831/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada visita à Fundação de Arte de Ouro Preto, com o objetivo de conhecer a estrutura, as atividades e o planejamento estratégico de gestão dessa Fundação; e dos Deputados Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública a fim de debater a taxa de segurança pública, devida pela prestação do serviço de segurança



pública para a realização de eventos no Estado, bem como o comportamento de policiais civis nesses eventos; e Elismar Prado (2) em que solicita seja realizada visita ao Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, com a presença de representantes da Secretaria de Estado de Cultura e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, destinada a conhecer o projeto cultural Cafezal: Amor e Esperança; e em que solicita sejam ouvidos nessa reunião os responsáveis pelo referido projeto, para que relatem o atual estágio de realização e as dificuldades enfrentadas em sua efetivação. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rodrigo Valle de Castro, Diretor da Camareta Studius, e Eder Rufino de Souza, professor voluntário de jiu-jítsu na Comunidade do Cafezal, realizadores do filme Cafezal: Amor e Esperança, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida sua finalidade, agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2012.

Elismar Prado, Presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/4/2012

Às 8h45min, comparece na Sala das Reuniões o Deputado André Quintão, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o financiamento da assistência social e as possibilidades da aplicação qualificada dos recursos dos fundos municipais de assistência social. A Presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, representando o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado; as Sras. Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Projetos Sociais de Promoção Social, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Clara Carolina de Sá, Coordenadora-Geral de Regulação da Gestão do Sistema Único de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Dulcelena Alves Vaz Martins, Coordenadora-Geral de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – e Diretora Executiva (substituta) desse Fundo, representando o Sr. Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do FNAS; Júlia Maria Muniz Restori, Presidente do Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais; e o Sr. Fernando Brandão, ex-Diretor do referido Fundo. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2012.

André Quintão, Presidente – Carlin Moura – Neilando Pimenta – Fred Costa.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/4/2012

Às 4 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Duarte Bechir, Luiz Carlos Miranda e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Paulo Lamac que proceda à leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Logo após, concede a palavra aos Deputados Sargento Rodrigues, Duarte Bechir, Paulo Lamac e Célio Moreira, cada um por sua vez, para suas considerações, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente suspende a reunião por 10 minutos. Reabertos os trabalhos, a Presidência passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Luiz Carlos Miranda, Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e Célio Moreira em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária e da 14ª e 15ª Reuniões Extraordinárias da Comissão às seguintes autoridades: Governador do Estado, Secretário de Defesa Social, Comandante-Geral da PMMG, Chefe da Polícia Civil, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate ao Crime Organizado, Corregedores das Polícias Civil e Militar e Delegado da Polícia Federal em Juiz de Fora, para tomada de providências com vistas à apuração das denúncias nelas contidas; e seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para garantir a integridade física dos policiais que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca as reuniões extraordinárias dos dias 23/4/2012, às 22 horas, e 24/4/2012, às 4, às 10 e às 22 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.

Durval Ângelo, Presidente - Célio Moreira - Luiz Carlos Miranda - Rômulo Viegas.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão e Luiz Henrique (substituindo o Deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.909/2012, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.912/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.794 e 2.822/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para discutir a qualidade da prestação de serviços em laboratórios clínicos no Estado; Bonifácio Mourão em que solicita seja realizada reunião tendo como convidado o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Saúde, para que exponha a situação da construção de hospitais regionais no Estado; Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista e Luiz Henrique em que solicitam seja encaminhada ao Presidente da Câmara dos Deputados manifestação de apoio ao movimento dos cirurgiões-dentistas pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 74/2011, que cria a carreira de cirurgião-dentista de Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Neider Moreira.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.469/2011 (relator: Deputado Pompílio Canavez). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 147, 2.545 e 2.773/2011; 2.829, 2.894, 2.929, 2.930, 2.934, 2.943, 2.948 e 2.951/2012, que receberam parecer por sua aprovação. A Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Luiz Carlos Miranda para apreciar matéria de sua autoria. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 862, 985 e 1.470/2011 e 2.886 e 2.944/2012. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados, os Requerimentos nºs 2.920, 2.945 e 2.946/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda em que solicita seja adiada a votação dos requerimentos do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao Conselho Federal de Enfermagem - Cofen - e demais entidades pela organização da Semana Nacional de Enfermagem a ser realizada no período de 12 a 20 de maio deste ano; em que solicita sejam enviadas as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária desta Comissão, que debateu a repercussão das condições de trabalho da enfermagem na assistência à saúde no Estado, aos Deputados Federais e Senadores representantes de Minas Gerais e às Comissões do Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Seguridade Social e Família e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; seja solicitado ao Presidente da Frente Parlamentar da Saúde desta Casa seja convocada reunião para discutir as condições de trabalho dos profissionais de enfermagem; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária desta Comissão, que debateu a repercussão das condições de trabalho da enfermagem na assistência à saúde no Estado, à representação brasileira da Organização Internacional do Trabalho, à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho e Emprego para conhecimento e providências cabíveis; seja encaminhada à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal manifestação de apoio à aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.295/2000, que dispõe sobre a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, e 4.924/2009, que dispõe sobre o piso salarial do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2012.

Rosângela Reis, Presidente – Celinho do Sinttrocel.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/5/2012****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Edmar Fernando de Alcântara para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Carlos Antônio Bregunci para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio (Indicação da Sociedade Civil. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Januzzi de Souza Reis para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Aurélio Sávio de Mendonça Terra para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria Cristina Freire Barbosa para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Paulo José de Araújo para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Oderli de Aguiar para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ilmar Bastos para o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Yeda Prates Bernis para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio, em substituição à indicação do nome do Sr. Amílcar Viana Martins Filho. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Márcio Luiz Bunte de Carvalho para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior, em substituição à indicação de Maria Mercedes Guerra Amaral. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.016/2012, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.018/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Requerimentos nºs 2.952/2012, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; e 2.955/2012, do Deputado Luiz Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.958/2012, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.858 e 2.904/2012, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.953 e 2.954/2012, do Deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.471/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.001/2012, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.060, 3.061 e 3.062/2012, do Governador do Estado; 104/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 490/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 2.499/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 2/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e 2.781/2012, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 2/5/2012, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, à apreciação de pareceres e requerimentos: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Edmar Fernando de Alcântara para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Carlos Antônio Bregunci para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. José Januzzi de Souza Reis para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Aurélio Sávio de Mendonça Terra para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome da Sra. Maria Cristina Freire Barbosa para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome da Sra. Miracy



Barbosa de Sousa Gustin para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome do Sr. Paulo José de Araújo para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome do Sr. Oderli de Aguiar para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais; do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais; do nome do Sr. Ilmar Bastos para o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente; do nome da Sra. Yeda Prates Bernis para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio, em substituição à indicação do nome do Sr. Amílcar Viana Martins Filho; e do nome do Sr. Márcio Luiz Bunte de Carvalho para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior, em substituição à indicação do nome da Sra. Maria Mercedes Guerra Amaral; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de abril de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bruno Siqueira, André Quintão, Glaycon Franco, Gustavo Valadares e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/5/2012, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir convidados para obter esclarecimentos sobre as solicitações de autorização de operações de crédito, em especial o Projeto de Lei nº 3.062/2012, discutir e votar o parecer para o turno único do Projeto de Lei nº 3.017/2012, das Deputadas Maria Tereza Lara, Liza Prado, Luzia Ferreira e Rosângela Reis, discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.062, 3.060 e 3.061/2012, do Governador do Estado, do Projeto de Lei Complementar nº 24/2012, do Tribunal de Contas, dos Projetos de Lei nºs 697/2011, do Deputado Arlen Santiago, 1.058/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, 1.122/2011, do Deputado Leonardo Moreira, 1.125/2011, do Deputado Leonardo Moreira, 1.814/2011, do Deputado Délio Malheiros, 1.815/2011, do Deputado Fábio Cherem, 1.920/2011, do Deputado Duílio de Castro, 3.071/2012, do Deputado Bosco, 3.086/2012, do Governador do Estado, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 435/2011, do Deputado Célio Moreira, 2.552/2011, do Deputado Marques Abreu, 2.766/2011, do Deputado André Quintão, 3.023 e 3.024/2012, do Deputado Antônio Júlio, 3.026/2012, do Deputado Bosco, 3.039/2012, do Deputado Duarte Bechir, 3.054/2012, do Deputado Duílio de Castro, 3.075/2012, do Deputado Zé Maia, 3.076/2012, do Deputado Antonio Lerin, 3.080/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2012.

Sebastião Costa, Presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a comunidade de Felixlândia pelos 63 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.704/2012, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Pirapora pelos 100 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.705/2012, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Sra. Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Planejamento, por ter sido agraciada com o Prêmio Guerreiro Ramos de Gestão Pública, concedido pelo Conselho Federal de Administração (Requerimento nº 2.750/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Senador Amaral pelos 20 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.824/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Guarda Mirim Irmã Martha pelos 22 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.825/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao fotógrafo Beto Oliveira pelas fotografias do livro "Crônicas do Interior - Retratos de Minas" (Requerimento nº 2.830/2012, da Deputada Liza Prado);

de aplauso ao Cap. Médico Dalton Muniz Santos, da Aeronáutica, lotado no Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa, pelos relevantes serviços que vem prestando ao nosso Estado como militar e como médico do Samu (Requerimento nº 2.842/2012, do Deputado Tenente Lúcio);

de congratulações com a Escola Estadual Coronel José Ildefonso pelos 100 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.895/2012, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello pela posse como Vice-Presidente do TSE (Requerimento nº 2.896/2012, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso ao Sr. Edmilson Migowski, Diretor do Instituto de Pediatria do Hospital Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela atitude corajosa de colaborar com a reportagem que denunciou a corrupção nas licitações em hospitais públicos (Requerimento nº 2.925/2012, da Comissão de Saúde);



de congratulações com a Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Secretária Adjunta de Educação, pela implantação do Fórum Estadual de Educação de Minas Gerais (Requerimento nº 2.937/2012, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia);

de congratulações com o Instituto Metodista Izabela Hendrix pela realização de campanha educativa visando à conscientização de motoristas e pedestres quanto ao respeito à faixa de pedestre (Requerimento nº 2.938/2012, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia);

de congratulações com a Secretaria de Educação pelo trabalho dos professores da rede estadual de ensino que resultou na quinta vitória consecutiva de alunos do Estado na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Requerimento nº 2.939/2012, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia);

de aplauso aos policiais militares, que menciona, da 1ª Cia. Rotam pela atuação na operação que culminou na apreensão de um tablete e duas porções de "crack", 8kg de cocaína, 3 balanças de precisão, celulares, colete balístico, réplicas de fuzil, dinheiro e outros (Requerimento nº 2.949/2012, da Comissão de Segurança Pública).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/4/2012

O Deputado Juninho Araújo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, é com muito prazer que ocupo esta tribuna para fazer uma justa homenagem ao Presidente eleito ontem para o próximo mandato no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Refiro-me ao Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, que foi eleito nesta segunda-feira, 23 de abril, para o mais alto cargo da Justiça mineira.

Nascido em Abre-Campo, terra de minha esposa Karine, cidade de músicos consagrados, como Victor, Leo e Eduardo Costa, terra do Desembargador Wanderley Paiva, do Juiz Federal Dr. Herculano Martins Nacif, do nosso amigo Olintho Salgado de Paiva, Procurador de Justiça, e do nosso companheiro Exmo. Deputado José Henrique, Joaquim Herculano Rodrigues é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Juiz de Fora. Ingressou na magistratura em 1976. Foi Juiz de Direito nas Comarcas de Tarumirim, João Pinheiro, Carangola e Belo Horizonte, onde também foi Juiz Auxiliar da Corregedoria de Justiça e titular da 4ª Vara Criminal. Em 1989, ingressou no extinto Tribunal de Alçada de Minas Gerais, onde foi eleito Presidente em 1997. Foi ainda Presidente do Tribunal Regional Eleitoral - TRE-MG. Atualmente é o 2º Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.

Num país que clama cada vez mais por justiça e, ao mesmo tempo, em que os conflitos são cada vez maiores, presidir um Tribunal de Justiça tradicional como o de nosso Estado é, sem sombra de dúvidas, uma missão honrosa, pois quem chega a ocupar esse cargo, tem mérito, sabedoria, preparo, seriedade e especialmente a serenidade que todos os administradores do direito devem carregar consigo.

A Justiça representada por uma estátua com olhos vendados significa que todos são iguais perante a lei e todos têm iguais garantias legais ou, ainda, todos têm iguais direitos. A Justiça deve buscar a igualdade entre todos. Segundo Aristóteles, o termo "justiça" denota, ao mesmo tempo, legalidade e igualdade. Assim, justo é tanto aquele que cumpre a lei quanto aquele que realiza a igualdade. A justiça também é uma das quatro virtudes cardinais, e, segundo a doutrina da Igreja Católica, consiste na constante e firme vontade de dar aos outros o que lhes é devido.

Temos certeza absoluta de que o novo Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Dr. Joaquim Herculano, com seu sentido de justiça, cuidará para que tenhamos a certeza de que ela sempre prevalecerá em nosso Estado e no Brasil. Parabéns, Dr. Joaquim Herculano Rodrigues, carinhosamente chamado por nós de Dr. Quinquim. Que Deus ilumine seus passos e o proteja nesta nova jornada. Para nós é um grande orgulho ser amigo e conhecido desse grande Juiz, Desembargador, e agora Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Usando a frase de um grande jurista uruguaio, gostaria de fazer essa homenagem ao Desembargador Joaquim Herculano: "Teu dever é lutar pelo Direito, mas o dia em que encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça". Parabéns, Dr. Joaquim Herculano, novo Presidente eleito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esse espaço para comunicar que ontem estivemos na cidade do Deputado Glaycon Franco, Conselheiro Lafaiete, participando de uma importante audiência pública da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, que teve como objetivo discutir a construção de uma estação de tratamento de esgoto no Bairro Água Preta. A audiência foi realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Na ocasião, tive o prazer de representar o Presidente dessa Comissão, Deputado Célio Moreira, que ontem tinha outros compromissos e não pôde comparecer. Agradecemos ao Deputado Glaycon Franco, que participou dessa audiência, assim como ao Deputado Federal Eros Biondini, nosso companheiro de partido, que também esteve em Conselheiro Lafaiete.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa. por anunciar ao Parlamento a nomeação, a escolha do nome do novo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, o caríssimo amigo Desembargador Joaquim Herculano. Sem dúvida alguma, trata-se de uma das reservas do Tribunal de Justiça, que se destaca pelo conhecimento, pela fidalguia e pela participação efetiva como magistrado, que, sem dúvida alguma, para os mineiros e para o mundo judiciário representa o que há de melhor. É ele um magistrado correto, determinado, autêntico, que saberá conduzir os destinos da alta Corte tão representativa, tão respeitada em Minas Gerais e no Brasil.



Quero também, no momento em que haverá um novo Presidente, registrar as nossas saudações ao Presidente Cláudio Costa, que, por dois anos muito fez, muito trabalhou. Participou ativamente em várias comarcas com instalação de varas judiciais. Foi ele sempre muito atencioso aos pleitos que fizemos.

Tenho certeza que é um fato que queremos estar com V. Exa., estando também com todos os parlamentares neste momento que vive o Poder Judiciário. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Juninho Araújo* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, como sempre com suas palavras sábias. Agradeço-lhe o aparte.

Concedo um aparte ao Deputado Glaycon Franco, que conosco esteve ontem na audiência pública na belíssima cidade de Conselheiro Lafaiete.

O Deputado Glaycon Franco (em aparte)* - Deputado Juninho Araújo, em nome do povo de Conselheiro Lafaiete e da nossa querida região do Alto Paraopeba, gostaria de agradecer o brilhante trabalho que V. Exa. desenvolveu ontem, na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente. Conseguiu conduzir os trabalhos com o brilhantismo que é peculiar à sua pessoa. Pode ter certeza de que o povo saiu de lá satisfeito, uma vez que conseguimos pontuar o que era de extrema relevância em relação às regiões da Água Preta e do Rancho Novo. V. Exa., com sensibilidade, soube fazer com que a Copasa entendesse que precisávamos fazer lá uma ETE que fosse um modelo para o Estado de Minas Gerais, para que aquela população não sofresse os problemas de outras ETEs na nossa cidade e na nossa região. Tenho certeza disso, e falo aqui, em nome do povo de Conselheiro Lafaiete, do Bairro da Água Preta e da região do Rancho Novo, do belo trabalho que V. Exa. conduziu ontem. Com certeza a Copasa fará lá uma ETE que seja referência no Estado de Minas Gerais, porque sabemos que é uma empresa séria e que atenderá os anseios daqueles moradores, levando água tratada e rede de esgoto. Sabemos que isso é importante, é obrigação da Copasa e é questão de saúde. Estamos lá para defender esses interesses.

Em nome do povo de Conselheiro Lafaiete, quero agradecer o bellissimo trabalho que desenvolveu em nossa cidade e dizer que foi uma honra recebê-lo lá, com essa humildade e esse carinho. O povo ficou muito grato a V. Exa., Deputado Juninho Araújo. Muito obrigado.

O Deputado Juninho Araújo* - Obrigado a V. Exa., Exmo. Deputado Glaycon Franco. Eu é que fiquei muito feliz. Um detalhe importante é que a Câmara estava lotada, num horário que podemos dizer não ser muito bom para participação popular – 10 horas. As dependências da Câmara estavam lotadas, a população toda participou, em virtude até da importância do tema. Como V. Exa. disse muito bem, acho que alcançamos um bom resultado: o compromisso da Copasa de construir uma ETE com um novo modelo, que não agrida mais as famílias que moram próximas a ela e que respeite o meio ambiente. Acho que tivemos um bom aproveitamento na audiência pública de ontem.

Quero agradecer ao José Ricardo, Presidente da Câmara, que nos recebeu tão bem, ao José Milton, Prefeito Municipal, e a toda a população de Conselheiro Lafaiete. Leve um abraço, Deputado, àquele povo bom.

Por fim, quero também agradecer à TV Assembleia, que esteve conosco ontem, aos funcionários desta Casa, aos técnicos, à equipe da TV Assembleia, à nossa equipe da Comissão de Meio Ambiente, aos Consultores da equipe, à nossa equipe do gabinete, aos meus companheiros do nosso gabinete, aos assessores que estiveram conosco, à Dra. Melissa, ao Jackson, à Taira, enfim, a todos que trabalharam para realizar essa grande audiência pública. Tenho certeza de que cumprimos o nosso dever.

Chega-nos agora a informação de que o governo federal cancelou algumas licitações que estavam previstas nas BRs em Minas Gerais. Não li a matéria ainda, mas nem é preciso, porque na verdade o governo federal vem relegando Minas Gerais a segundo plano, a quinto plano ou a sexto plano há muito tempo. As nossas estradas são vergonhosas. Quem viaja todo dia, como eu, que na quinta-feira descerei para Ipatinga, no Vale do Aço, pela BR-381, sabe do que estou falando. Quem viaja, como viajamos ontem, a trabalho, a serviço, pela BR-040, sabe do que estou falando. As estradas federais em Minas Gerais não comportam mais o trânsito que existe nelas. É um crime o que está acontecendo em Minas Gerais. Já está prometida a duplicação da BR-381, principal ligação entre Belo Horizonte e Governador Valadares, há muitos anos. Lembro-me muito bem de que, quando Vice-Presidente da Comissão de Transporte desta Casa, eu, os Deputados Gustavo Valadares, Célio Moreira e outros companheiros estivemos em Brasília com o Ministro à época, que deu total garantia de que a duplicação começaria em 2009. Já havia orçamento, próximo de R\$2.000.000.000,00 para a duplicação da BR-381.

De lá para cá, o que temos assistido é o governo federal recuando e cancelando as licitações dos lotes e nada de ocorrer a duplicação da BR-381. O que acontece enquanto essa duplicação não se realiza? Acidentes, mortes e mais mortes. Não é à toa que o apelido dela é rodovia da morte.

Então fica aqui o nosso protesto. Tenho certeza de que nós, mineiros, temos de fazer um protesto grande em nível nacional para mostrar a vergonha que são as estradas federais em Minas Gerais. Para quem duvida, é só pegar um carro, sair de Belo Horizonte e ir até Ipatinga para verificar o que estou dizendo: intransitável. Ontem pegamos a BR-040, com chuva, e fomos a Lafaiete. É um risco. Pomos a nossa vida em perigo todas as vezes em que vamos usar uma estrada federal. Quando, uma vez ou outra, precisamos usar o meio aéreo como transporte, observamos que Minas Gerais não teve investimento. Fico pensando, Deputado Célio Moreira, como será a situação na Copa do Mundo. Como faremos na Capital de um dos Estados mais importantes da Federação, pois não temos rodovias federais nem aeroportos? Fico preocupado com as condições em que este Estado sediará a Copa do Mundo.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Deputado Juninho Araújo, não sabemos se estamos assistindo a um “show” de incompetência do DNIT ou a um descaso do governo federal com o Estado de Minas Gerais. Vimos aí a questão da BR-381, rodovia da morte. Mais uma vez, foi cancelado o recurso que seria encaminhado para cá. Há a situação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, onde ocorrem acidentes gravíssimos que matam gente todos os dias. O governo federal disse que ia recuperá-lo e revitalizá-lo. A Prefeitura de Belo Horizonte solicitou sua administração. O governo do Estado... Eles não mexem nem deixam ninguém trabalhar. A questão do metrô é uma novela de 25 anos a que principalmente Belo Horizonte assiste. Na realidade, são promessas, promessas e promessas. A Capital de Minas Gerais tem uma linha pequenina de 2km ou não sei quantos quilômetros de metrô. Já veio Ministro e



Presidente dizendo: “Estou liberando o dinheiro”. Aí a imprensa noticia que liberarão recursos, mas nada acontece. Realmente não sabemos se é uma incompetência do DNIT. Há um descaso do governo federal com o Estado de Minas Gerais, que diz que não há projeto e que os projetos não atenderam às exigências. De quem é a competência e a execução desses projetos?

A nossa Presidente, que é mineira, está realmente alijando o Estado de Minas Gerais dos recursos necessários. A maior malha rodoviária do País está em Minas Gerais. Todos os dias se noticia a morte de pessoas na BR-381 e no Anel Rodoviário.

Além disso, há a questão da mobilidade em Belo Horizonte. Em determinado horário, não se anda hoje na Capital. Então, se houvesse um metrô aqui, isso facilitaria a vida dos trabalhadores e das pessoas de um modo geral, pois é um transporte rápido e barato. No entanto, ficam na promessa e não fazem nada. Os outros Estados estão recebendo os recursos. Temos uma Presidente de Minas Gerais, que, infelizmente, não libera os recursos necessários para salvar vidas e dar mobilidade principalmente ao trânsito de Belo Horizonte.

O Deputado Juninho Araújo* - Obrigado, Deputado Célio Moreira. Sr. Presidente, o meu tempo já se esgotou. Apenas para encerrar, quero parabenizar a linda cidade onde resido, que é Timóteo, capital do inox, que, nesta semana, no sábado, estará completando 48 anos de emancipação política. Aproveito para parabenizá-la por essa data tão importante, que é o seu aniversário de 48 anos. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de parabenizar o Desembargador Joaquim Herculano, novo Presidente do Tribunal de Justiça.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Delvito Alves - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia. Sr. Presidente, venho manifestar a satisfação de uma região, o Noroeste do Estado, pela sua importância econômica atual para Minas Gerais. Estamos extremamente orgulhosos com os extraordinários investimentos feitos pelo então Governador de Minas, Aécio Neves, hoje Senador, e também pelo hoje Governador Anastasia. Foram investimentos levados para uma região abandonada por outros governos estaduais. Não temos dúvida em afirmar que a região Noroeste do Estado foi redescoberta após o governo Aécio Neves e hoje também pelo Governador Anastasia.

Deputado Rômulo Viegas, gostaria apenas de mostrar à população mineira os investimentos feitos pelo governo de Minas em importantes obras de infraestrutura na nossa região. Mais de 1.000km de asfalto foram feitos, e, com a implantação dessas importantes obras de infraestrutura, o Noroeste do Estado tem avançado muito, fortalecendo sua economia cada vez mais.

Ao mesmo tempo, quando se fortalece lá, há maior contribuição para o fortalecimento da economia do Estado de Minas Gerais, já que a região Noroeste contribui com nada mais, nada menos que 50% do PIB agropecuário do Estado. Isso é motivo de muito orgulho para todos nós, mas só está acontecendo graças à descoberta da região Noroeste do Estado pelo ex-Governador e hoje Senador Aécio Neves e também pelo Governador Anastasia. São mais de 1.000km de asfalto feitos na nossa região, além de energia elétrica e telefonia, enfim, obras importantes de infraestrutura necessária e básica para o crescimento de uma região.

Costumo dizer ao nosso amigo, vizinho, Secretário de Agricultura Elmiro Nascimento que o crescimento do Noroeste hoje é diferenciado e destacado, e o nosso Presidente também pode afirmar isso porque conhece muito bem a região, pois tem propriedade lá. Mas tudo isso acontece em razão dessa descoberta recente pelo ex-Governador Aécio Neves e pelo Governador Anastasia.

Acrescento mais: o Noroeste de Minas se destacará ainda mais no cenário econômico e político do Estado. Graças à revitalização da ferrovia que liga Pirapora a Corinto, já há uma promessa do Governador de estendê-la, por meio da FCA, ferrovia controlada pela Vale, até Unai. E por que até lá? Porque Unai hoje é um dos maiores Municípios produtores de Minas Gerais.

Sr. Deputado e Sr. Presidente, estamos orgulhosos também de dizer que hoje Unai é o primeiro PIB agropecuário de Minas Gerais no agronegócio e o sexto do Brasil, e tudo isso graças aos investimentos do Estado. Recebemos recentemente essa notícia, que, com certeza, trouxe novos ânimos, novos avanços e, com isso, novos investimentos para o Noroeste do nosso Estado.

Dentro do programa Caminhos de Minas, o Governador Anastasia contemplou também a nossa região com várias pavimentações asfálticas, o que também nos deixou extremamente felizes. Sr. Presidente, na verdade, o que faltava na nossa região eram obras de infraestrutura.

Não temos dúvida em afirmar que logo, logo estaremos no calcanhar das regiões do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, porque as características topográficas, as nossas terras são tão férteis e boas quanto as do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro. Para nós isso é muito importante. Agora, Unai foi a cidade que mais se destacou no setor da agricultura no Estado de Minas Gerais; não apenas Unai, mas Paracatu, Buritis e tantas outras que fazem parte da pequena região Noroeste do Estado. Não temos dificuldade também em dizer que tem a menor densidade populacional, mas tudo isso acontecia no passado. Hoje, não. Hoje, graças aos investimentos realizados na região, os jovens já se entusiasmam com ela. Atualmente há inúmeras faculdades na nossa região. Tínhamos a Unimontes em Unai, e agora a universidade federal também foi para lá. Estas e tantas outras faculdades estão fazendo com que o jovem aposte muito na nossa região.

Cada vez mais acreditamos no fortalecimento da nossa região pelos investimentos que têm acontecido. O importante de tudo isso é que nossa região está a quase 600km da Capital. O ex-Governador Aécio Neves e o Governador Anastasia fizeram questão de fazer um programa importante e interessante para nossa região. Para nós, do Noroeste, o programa estruturador mais importante no Estado de Minas Gerais foi o da reparação das desigualdades regionais. O Governador bateu firme nessa tecla, investiu fortemente e levou milhões de recursos para a região. Estamos orgulhosos com todos os recursos que recebemos.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Nesta tarde de terça-feira, V. Exa. traz a esta Casa um pronunciamento de extrema relevância demonstrando interesse pela sua região. V. Exa. é um Deputado com muita experiência, conhecimento e, principalmente, dedicação, preocupado não apenas com as cidades da sua base, mas com todo o Estado de Minas. V. Exa. relatou programas importantíssimos para a população mineira. Além disso, destacou a importância de termos hoje, nas nossas estradas, o Processo dando um fluxo muito positivo a todo o comércio da região.



Ontem mesmo estávamos ao lado do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, que representou o nosso querido Governador Anastasia na solenidade, fazendo a celebração e a entrega de várias ambulâncias, por meio de convênios, melhorando o transporte no setor da saúde no Estado. Fizeram diversos elogios ao Secretário de Saúde, Antônio Jorge, ao Governador Anastasia e a toda a sua equipe. Temos acompanhado de perto o seu trabalho, Deputado Delvito Alves. V. Exa., incansavelmente, tem visitado as Secretarias e as autarquias do Estado e apresentado as demandas de sua população, valorizando o voto que recebeu, fazendo um trabalho sério, honesto, íntegro e destacando, claro, a eficiência de nosso governo desde que Aécio Neves o assumiu em 2003, aplicando o choque de gestão e o déficit zero, instrumentos fiscais e de gestão pública para colocar Minas Gerais nas trilhas do desenvolvimento.

V. Exa. está de parabéns. Tenho certeza de que a sua cidade, Unai, e tantas outras em que V. Exa. recebeu apoio popular estão, agora, reconhecendo o mérito do seu trabalho, que acompanhamos nesta Casa. Somos testemunhas de que V. Exa. é um Deputado incansável e continuará ao lado do governo para providenciar cada vez mais uma condição melhor para a população de Minas Gerais. Parabéns, continue assim.

O Deputado Delvito Alves - Agradeço a V. Exa. Quero dizer que nós, Deputados que representamos o Noroeste do Estado, jamais deixaremos de ser atendidos pelo ex-Governador Aécio e pelo Governador Anastasia. É isso que é importante. Deputado, conseguimos levar para a nossa cidade, Unai, e para o Noroeste do Estado todas as obras de infraestrutura que solicitamos e pleiteamos junto ao governo do Estado. Recentemente o Governador liberou a construção de um centro de ressociação de menores, que está sendo construído em Unai, uma obra com investimentos da ordem de mais de R\$11.000.000,00. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, na área da educação o Governador investiu mais de R\$10.000.000,00, na recuperação de escolas estaduais em nosso Município.

Enfim, a nossa cidade e a nossa região foram contempladas com vários programas de infraestrutura do Estado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Não poderia deixar de trazer a minha palavra de estímulo a V. Exa., nem de falar da sua história no Parlamento. Desde que aqui chegou, tem contribuído incansavelmente com a sua região. Quero dar um testemunho particular da sua participação operosa, dedicada e sempre presente na nossa Comissão de Constituição e Justiça. Como advogado conhecedor do seu ofício, com escritório de advocacia conceituado na sua cidade, sempre lutou incansavelmente pelos projetos maiores da sua região e particularmente da sua Unai. E tenha certeza de que tem enorme responsabilidade com sua região e de que recebe seu carinho e gratidão por tudo que tem feito. Em todos os projetos aqui discutidos, V. Exa. está à frente como verdadeiro comandante, procurando recursos, projetos e obras.

Não podemos nos esquecer do prestígio de que V. Exa. goza no governo do Estado. Com todo o trabalho que tem feito, está coroando de êxito a sua luta e dedicação em prol de sua região. É um privilégio enorme conhecê-lo de perto. Já estive em sua cidade, participando de uma audiência pública, e pude verificar várias vezes o carinho e o respeito que o Município tem por V. Exa., essa personalidade marcante. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Delvito Alves - Deputado Dalmo, sou muito grato a V. Exa., pois quando aqui cheguei, em fevereiro de 2006, tive a honra e o privilégio de participar de uma das comissões mais importantes da Casa, a Comissão de Constituição e Justiça. Tive a honra de trabalhar ao seu lado por quatro anos, o que é motivo de muito orgulho, porque ali aprendi muito com o grande constitucionalista que é. Aproveite a TV Assembleia para agradecer-lhe pelas participações em audiências públicas em Unai, em que estive a meu convite. V. Exa. esteve em importante audiência no Noroeste de Minas quando discutimos a alta incidência do câncer; esteve presente também quando discutimos a viabilização de recursos para construção e reforma do prédio da Unimontes; e em tantas outras oportunidades, em que deixou uma contribuição muito forte, destacada e diferenciada à população de Unai e de todo o Noroeste de Minas. Deixo um forte abraço a V. Exa., pelos trabalhos que fizemos juntos na Comissão de Constituição e Justiça. Deus me concedeu este momento para agradecer a V. Exa. por tudo o que fez por nós nessa Comissão.

Meus amigos, minhas amigas, Deputadas e Deputados, Sr. Presidente, é motivo de orgulho que o Noroeste de Minas tenha sido uma região privilegiada nas mãos de Aécio Neves e Anastasia. E continua sendo, pois o Noroeste de Minas faz parte de todos os programas de infraestrutura de que a nossa região tanto precisa. Uma região sem infraestrutura não pode se alavancar, avançar nem crescer. Foi pensando nisso que Aécio Neves, quando se lançou pela primeira vez como candidato a Governador, esteve em nossa cidade e disse: "A região Noroeste de Minas tem que deixar de ser a região do futuro".

Ele sempre acompanhou candidatos a Governador na região, e era enfático ao dizer que a região Noroeste merecia investimentos, que se deveria acabar com a história de que o Noroeste do Estado era a região do futuro e que ele iria torná-la, realmente, a região do presente. Então, tudo isso aconteceu, Deputado.

Estamos felizes, e muito, graças às importantes obras de crescimento, necessárias e básicas para alavancar o progresso, gerando trabalho e renda para o nosso povo. Obrigado, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público presente e telespectadores da TV Assembleia, queremos externar, desta tribuna, a posição do nosso partido - PCDoB - no que diz respeito à imediata reinstalação da Comissão Especial da Dívida Pública. O nosso partido tem um posicionamento claro de defesa da imediata reinstalação da Comissão da Dívida Pública. Este Deputado foi autor do requerimento que, no início do ano, pediu a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Renegociação da Dívida, cujo fruto foi a constituição e instalação daquela que consideramos uma das mais importantes comissões desta Casa, pois, em nosso modo de compreender, tem prestado relevantes serviços de interesse público para o Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, essa Comissão nos possibilitou conhecer, com mais profundidade, um problema que é de todos os mineiros e brasileiros. Passamos a conhecer o modelo de financiamento da dívida pública dos Estados. Em 1998, 25 Estados, num total de 27, e alguns Municípios importantes que tinham dívidas com a União e possuíam títulos do seu tesouro próprio comercializados no mercado financeiro tiveram essas dívidas centralizadas na União, com critérios e mecanismos que, com o tempo, demonstraram-se equivocados.

Tomaremos como exemplo o caso concreto de Minas Gerais. Em 1998, esse Estado tinha R\$15.000.000.000,00 de dívida, que foi negociada com uma taxa de juros de 7,5% ao ano, mais a correção pelo IGP-DI. Transcorrido esse período, Minas Gerais já pagou R\$21.500.000.000,00 e ainda possui um saldo devedor de R\$59.000.000.000,00. A previsão do financiamento da dívida de 30 anos é para 2028, e pelas projeções, até lá, teríamos pagado R\$77.000.000.000,00 e, mesmo assim, ainda haveria um saldo devedor de quase R\$65.000.000.000,00. Ficou constatado pelo trabalho da Comissão Especial, Sr. Presidente, que os mecanismos adotados foram equivocados.

Percebemos que o saudoso Governador do Estado Itamar Franco, quando governou o nosso Estado, tentava fazer essa discussão por meio de um debate franco e transparente. Mas, naquela época, o debate sobre a dívida pública foi contaminado pelo debate político-partidário, que emperrou a discussão. Então, não podemos, agora, cair também no mesmo equívoco.

Aqui o que está em jogo não são os interesses dos partidos políticos; o que está em jogo são os interesses dos Estados Federados, de alguns Municípios que também têm dívida com a União e, principalmente, do povo brasileiro.

E essa Comissão Especial, que teve o protagonismo de Minas, conseguiu servir de exemplo para o País. Hoje temos uma comissão especial constituída no Congresso Nacional que conta com a presença de membros de todos os partidos políticos; de Governadores de diversos matizes; do Governador da Bahia, que é do PT; do Senador Lindbergh Farias, que é do Rio de Janeiro; do Governador de Minas, do PSDB; e de tantos outros Governadores, porque se trata de interesse dos Estados.

Sr. Presidente, essa comissão especial do Congresso Nacional está conseguindo, espelhada na experiência de Minas, mostrar que é possível estabelecer um consenso, uma saída, deixando de lado, obviamente, as paixões partidárias. Passa-se a gestar no Congresso Nacional, sem dúvida, uma proposta que, parece-me, conseguirá entendimento e consenso, uma proposta que tem contado com a sensibilidade do Ministro Guido Mantega e da Presidenta Dilma Rousseff. Essa proposta inteligente, primeiro, propõe reduzir o comprometimento das receitas dos Estados, que hoje variam de 11% a 15%, e fixar o comprometimento da dívida no máximo em 9% dessas receitas. Propõe também, Sr. Presidente, reduzir as taxas de juros, que variam de 7,5% a 9% em alguns Estados, para 2%. E, quanto ao indicador de correção, os Estados teriam a opção de fazer a escolha: IPCA ou IGP-DI a cada mês, enfim, o indicador que for mais favorável. É uma proposta que está sendo construída sob consenso no Congresso Nacional. Nesse momento é preciso muito equilíbrio e cautela, e não podemos nos deixar levar pelas paixões do período eleitoral.

Sr. Presidente, tenho visto que a nossa Presidenta Dilma tem tido grande compreensão desse tema. Diga-se de passagem, a nossa Presidenta, na última pesquisa, bate todos os recordes de avaliação positiva da história deste país. Ela está com 67% de avaliação positiva. Pelo tempo de governo, conseguiu superar o governo Lula, que, na sua época, tinha 38%, e o governo Fernando Henrique, que tinha 32%. Ela tem quase o dobro da avaliação positiva, porque tem sinalizado para o Brasil o compromisso com o rumo do crescimento econômico. Por exemplo, ela fez o lançamento da segunda etapa do Brasil Maior, com medidas firmes e consequentes na defesa da indústria nacional, na defesa do parque industrial brasileiro, medidas que preveem investimentos da ordem de R\$60.000.000.000,00, provenientes do maior banco de fomento público do mundo, o nosso banco brasileiro, o BNDES. Esse Banco, sozinho, tem uma carteira de investimentos superior às carteiras de investimentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano somados. Portanto, por meio desse banco público brasileiro, temos a segunda etapa do Brasil Maior, que passa pela redução da alíquota do ICMS para algumas empresas e pelo incentivo às indústrias têxtil, naval, aérea e de material elétrico.

Passa também pela redução da Cofins e do PIS para incentivar a indústria nacional, pela intensificação da fiscalização e da defesa comercial dos produtos brasileiros, impedindo que produtos contrabandeados invadam o mercado interno, e acima de tudo pela ampliação do programa de exportação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Sem falar da prioridade nas licitações públicas da indústria nacional. É com medidas concretas como essas que a Presidenta Dilma tem tido avaliação positiva. As medidas também reforçam a importância da comissão da dívida pública de Minas Gerais quando reduzem a Selic, taxa oficial de juros, de 9,75% para 9% e quando determinam aos bancos que reduzam a taxa de empréstimos, de fundo fixo, de financiamento da linha branca para produtos como geladeira e fogão. Esse é o grande modelo que a Presidenta Dilma tem procurado desenvolver. Além disso, ela tem tratado com muita firmeza e transparência os desvios de conduta, o que promoveu uma grande faxina no DNIT para fazê-lo funcionar, porque as nossas estradas não podem continuar esperando. A Presidenta Dilma teve essa grande capacidade. Ela ainda tem incentivado o setor produtivo brasileiro na formação dos nossos profissionais. Ainda ontem tive a honra de acompanhar o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, o grande mineiro e contagense Robson Andrade, junto com o Governador Antônio Augusto Anastasia, que foi ao Cetec apresentar o Programa de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, do Senai, e anunciar recursos de R\$1.900.000.000,00 para a formação de jovens. Até 2014, a previsão é sairmos de 2.500.000 para 4 milhões de matrículas. Serão investidos R\$260.000.000,00 somente na rede Senai, no Estado de Minas Gerais, financiados pelo grande banco público brasileiro, o BNDES, a uma taxa de juros de 1,4% mais 6% de TR. A Presidenta Dilma já está sinalizando isso.

Tenho a certeza de que a dívida do nosso Estado e a dos outros Estados brasileiros serão equacionadas, porque a Presidenta compreendeu que é preciso corrigir esse equívoco cometido em 1998. Infelizmente não criamos até hoje as condições para superá-lo. A forma de financiamento da dívida dos Estados brasileiros é prejudicial ao desenvolvimento do País.

Com muito prazer, concedo aparte ao ilustre Deputado Rogério Correia. Posteriormente, ao Deputado João Leite.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, Deputado Carlin Moura. Serei breve. Quero apenas parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, que faz um apanhado e um reconhecimento do esforço que o governo da Presidenta Dilma vem fazendo ao dar continuidade aos oito anos do governo do Presidente Lula, de forma que o Brasil continue se desenvolvendo, e com um aspecto fundamental de divisão de renda. É exatamente esse o sentido dos oito anos do governo Lula e agora da Presidenta Dilma. O Brasil continua crescendo, apesar da crise internacional, que já levou governos e mais governos europeus a caírem exatamente pela sua gravidade. Felizmente crescemos 2,7% no ano passado e cresceremos em torno de 4% este ano.

Ressalto o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico - Pronatec -, citado por V. Exa., que começou com R\$1.500.000.000,00 nos programas do Senai e abrirá 8 milhões de vagas para a juventude até 2014.

Ou seja, colocaremos os jovens trabalhando e qualificaremos mão de obra para o desenvolvimento no Brasil.

Portanto, hoje há um governo nacional, e o Brasil cresce. Deputado Carlin Moura, V. Exa. está de parabéns.

O Deputado Carlin Moura* - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Com muito prazer, concedo um aparte ao Deputado João Leite, neste tempo que me resta.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Gostaria de agradecê-lo, Deputado Carlin Moura, mas só restam 36 segundos. Fiquei aqui por uns 15 minutos aguardando o aparte, mas V. Exa. não pôde me conceder. Não quero tomar o tempo dos outros oradores. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Ilustre Deputado João Leite, teremos outra oportunidade. Estou aqui na defesa do reinício dos trabalhos da Comissão Especial da Dívida Pública, que tem sido um fórum privilegiado, com um debate mais qualificado, um debate propositivo, um debate do interesse de Minas Gerais. A propósito, V. Exa. tem dado grandes contribuições a esse debate. Tenho certeza de que, com a reinstalação dos trabalhos da Comissão Especial da Dívida Pública, poderemos discutir esse assunto com muito mais profundidade.

Gostaria de reafirmar que o PCdoB é a favor da Comissão Especial da Dívida Pública, e somos a favor da renegociação da dívida do Estado de Minas Gerais em condições mais dignas e mais suportáveis para o nosso Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fred Costa* - Boa tarde a todos e a todas. O que me traz aqui nesta tarde é um tema extremamente polêmico, que tem sido pauta no Congresso Nacional: a Lei Geral da Copa.

Tenho observado as discussões no período de votação nas comissões e no próprio Plenário, mas infelizmente poderia definir essas discussões como um palco, um palanque de pirotecnia e de demagogismo. Não quero aqui fazer juízo de valor de religião X ou Y, de convicções, de dogmas, mas também não posso deixar de citar a postura que vejo ali dos representantes de igrejas evangélicas, as quais respeito muito, pois têm um papel fundamental na sociedade, do ponto de vista espiritual, religioso. Lamentavelmente, esses representantes fazem lá o discurso de que não se pode vender bebida alcoólica no estádio de futebol, dizem que isso seria um estímulo para a morte, para a briga, que seria até, sabe-se lá, força oculta do mal, enquanto muitos deles tomam o seu vinho, o seu “whisky”, o que, nesse momento, não é caracterizado como coisa do mal. Da mesma forma, representantes da própria Igreja Católica - da qual faço parte - têm esse comportamento. Já observei parlamentar tuitando, com um orgulho máximo: “Estamos conseguindo. Não se vai vender bebida alcoólica em estádio de futebol durante a Copa”. Como parlamentar, observo que esse mesmo Deputado que escreve isso gosta bem de uma cervejinha. Mais do que isso, a própria Igreja Católica - repito, da qual faço parte -, por reiteradas vezes, promove festas com o objetivo de angariar recursos e vende bebida alcoólica. Primeiro, vejo que isso é diminuir demais a Lei Geral da Copa, pois se limitam as discussões à bebida alcoólica. Acho que temos temas fundamentais que realmente necessitam ser objeto de crítica de todos nós, como a questão das obras em regime célere, mediante a eliminação de alguns critérios de licitação fundamentais para o bom gasto do dinheiro público.

Não podemos nos esquecer do que ocorreu em nosso país, num passado recente, no Pan-americano. O investimento era X, mas foi X vezes Y. Ao final, sabe-se lá como esse dinheiro foi investido.

Poderíamos criticar, sim, o fato de o Estatuto do Idoso estar sendo ignorado, mas quero lembrar que não foi a Fifa que veio até o Brasil e ofereceu o evento, que pediu pelo amor de Deus, dizendo: “Brasil, quero fazer um apelo para vocês sediarem a Copa”. O movimento foi inverso. O nosso país concorreu para sediá-la, admitiu vários requisitos e imposições e declarou que assim o faria. No Parlamento e na vida, uma das coisas mais nobres, que deve ser inerente a cada um de nós, é ter palavra. Somente isso para mim já bastaria. Se se comprometeu, tem-se de cumprir. É fato que, se não houver a permissão para venda de bebida alcoólica nos estádios de futebol, há um descumprimento de palavra que, no meu entender, é uma molecagem.

Isso significa, então, que o torcedor de futebol é pior do que o torcedor de tênis, de golfe, de vôlei, de basquete, de atletismo? Esse que vai lá apreciar uma partida de futebol não vai ao teatro, ao cinema? Em todos esses eventos que citei é permitida a venda da cerveja. Então, quer dizer que é só o torcedor de futebol que não pode? E todos eles, se tomarem uma cerveja, vão virar monstros? A partir do momento em que se proibiu a venda de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros, acabou-se a violência? Não! Posso citar o que ocorreu há menos de 30 dias. No clássico em São Paulo, houve morte. No clássico no Rio, houve briga e morte. No clássico, em Goiânia, Vila Nova e Goiás, houve morte. Estão vendendo bebida? Não! A bebida é a única causa para a briga? Não!

O nosso país tem de parar com a cultura de tentar, com pequenas intervenções falaciosas, mentirosas, resolver problemas de incompetência do poder público. Hoje de manhã, eu citava alguns exemplos. Há o problema da “saidinha” de banco. Em vez de resolverem com investimentos em segurança pública, com algo sério, trabalhando o problema na gênese, aprova-se o paliativo de proibir o celular dentro das agências. Sou a favor dessa medida, mas é um mero paliativo. Há o problema de trânsito, da mobilidade urbana. O gestor público deveria investir em obras estruturantes, em melhoria do transporte público coletivo, mas não faz isso. Na cidade de São Paulo, por exemplo, propõem o rodízio de placas de veículos. Numa cidade do interior de São Paulo, há três anos, o índice de violência estava grande. A forma do Prefeito “genial” de dar solução ao problema foi proibir os bares de ficar abertos após 22 horas, em vez de se preocupar em investir em segurança pública. Cito, ainda, a questão do garupeiro. Em vez de tratar o problema na sua gênese, proíbe-se de andar na garupa. Enfim, o poder público propõe todos esses paliativos.

Na Copa do Mundo, na verdade, temos de investir em educação, em segurança pública, fazer daquele um “show” da magnitude e da altura de um jogo de basquete da NBA, que tive, recentemente, a oportunidade de conhecer. Um evento organizadíssimo, que angaria recursos, gera emprego e renda.

Se querem, então, contribuir para a segurança - e não tenho o menor interesse em defender a marca de bebida X ou Y, mas acho que se deve fazer justiça -, vamos cobrar que parte da arrecadação seja destinada à colocação de câmaras para identificar se há pessoas querendo promover a desordem. Mas simplesmente proibir a bebida? Não estou falando de Campeonato Mineiro ou Brasileiro, de Copa do Brasil, de Libertadores ou de Sul-Americana, mas do maior evento futebolístico que existe: a Copa do Mundo, a que já tive oportunidade de assistir. O Brasil, que, infelizmente, já é exemplo de violência para o mundo e, há algum tempo, persistindo até hoje, de roubalheira, de crime de improbidade administrativa, coisa de que até se vangloria, quer agora se vangloriar de ser o primeiro país



a proibir a venda de bebida alcoólica em Copa do Mundo, como se isso fosse a solução de tudo e ignorando algo que está instituído em nosso país.

E, quanto a isso, esse tanto de gente que nunca foi a um estádio de futebol fica opinando. Eu, que gosto e vou aos estádios, penso diferente. Vejam que falo com a propriedade de quem bebe pouco ou quase nada. Desafio a dizerem o contrário. Gostaria até que verificassem: há 10 anos não perco um ponto na minha carteira. Já bebo muito pouco, mas, se beber, aí é que não dirijo mesmo. Então, quem vai a estádio de futebol sabe o que acontece: quem quer beber continua bebendo – se quiser e se for esse o caso, enche a cara até cinco minutos antes de entrar no estádio. Ou seja, isso é uma verdadeira demagogia. A questão tem de ser encarada, como todos os problemas devem ser, de forma séria, com foco na sua gênese.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) – Agradeço ao Deputado Fred Costa a concessão do aparte, que tem o objetivo de, remetendo-me à sua fala inicial, esclarecer que a defesa do grupo que não quer a volta da bebida alcoólica aos estádios não tem cunho religioso. Tem, sim, o cunho de responsabilidade, pelo reconhecimento de que o álcool é, com toda a certeza, o combustível das grandes tragédias humanas em nosso país e no mundo.

Quero ressaltar ainda, Deputado Fred Costa, que, quando V. Exa. ainda cumpria o seu brilhante mandato de Vereador – colegas que fomos na Câmara Municipal de Belo Horizonte -, esta Casa aprovou o projeto de lei que proíbe a venda de bebida alcoólica nos estádios em Minas Gerais. Além disso, o Estatuto do Torcedor é uma realidade. Portanto, não se trata de cumprir palavra, mas de cumprir lei. Independentemente do que querem a Fifa e o poderio econômico dos grandes cervejeiros, é preciso, primeiro, respeitar as leis que já foram consagradas nos Estados e na Câmara Federal. Ainda que seja preciso mudar alguma coisa, o ponto de vista que V. Exa. defende de certa forma até desmoraliza o trabalho que esta Casa fez, ao aprovar um projeto de lei que proíbe a venda de bebida alcoólica nos estádios.

Sabemos que há problemas de toda natureza e que a violência não se deve só ao consumo de álcool, mas V. Exa. mesmo se referiu aos números, à estatística, e em Minas temos números que apontam uma redução de 80% no índice de violência nos estádios, após a proibição da venda da bebida alcoólica. Isso não quer dizer que a pessoa não vá beber e chegar embriagada ao campo, mas estamos tratando de um cenário específico. Até há pouco tempo, antes da aprovação dessa lei, as famílias tinham sumido dos estádios. Hoje vemos nos estádios mulheres e pais acompanhados de seus filhos. Enfim, os estádios ganharam novo colorido e se tornaram um ambiente mais tranquilo para a realização de eventos. Portanto, o grupo que não quer a volta da venda de bebida alcoólica nos estádios, do qual faço parte, vai continuar defendendo e lutando por isso. E, se for concretizada de fato a ideia da Presidente Dilma de transferir aos Estados a responsabilidade de tratar do assunto, creio que a discussão em Minas Gerais estará pacificada, porque já temos uma lei, e essa lei deve ser cumprida.

O que não pode é a Fifa chegar e se colocar acima das nossas leis, rasgando aquilo que as casas legislativas de nosso país já conseguiram conquistar. Isso nós não podemos deixar ocorrer. Precisamos trazer o bom-senso e o equilíbrio para essa discussão e entender que avançamos, conquistamos. Sabemos que o álcool é hoje o primeiro elemento como causador de dependência. O “crack” está presente em 98% das cidades do nosso país, e o álcool em 100%. Sabemos que muitos jovens - não na questão dos estádios - têm perdido suas vidas ao volante, na associação terrível e cruel que é álcool e direção. Portanto, sabemos que o álcool tem, sim, seus malefícios e produz suas tragédias, e o que pudermos fazer para, de alguma forma, diminuirmos isso, creio que nós, desta Casa, não podemos nos furtar a fazer; e os Deputados que aqui não defendem o retorno da bebida aos estádios também não podem se calar. Era essa a questão do meu aparte, Deputado. Peço desculpas por ter avançado o tempo. Espero que o Presidente lhe conceda um tempo para V. Exa. terminar seu pronunciamento.

O Deputado Fred Costa* – Deputado Vanderlei Miranda, tenho enorme apreço e admiração por V. Exa., mas o que é da democracia me permite discordar. Primeiro, se a bebida alcoólica é colocada como uma das grandes mazelas da sociedade, é da nossa parte, eu entendo, uma tremenda irresponsabilidade, se assim entendermos, permitir que ela seja vendida em todos os locais, mas não nos estádios de futebol. Então vamos proibir a venda de bebida alcoólica em todos os locais. Não é possível que só o torcedor de futebol, com o consumo da bebida alcoólica, vire um monstro.

E mais do que isso, vou além, pois não podemos admitir que, para esse torcedor, esse admirador do esporte, ele seja uma bomba, mas que eu e cada um dos aqui presentes possamos continuar consumindo qualquer tipo de bebida alcoólica. Espero que caminhe para o que está ocorrendo, que seja delegada aos Estados que têm lei específica a decisão com relação ao tema.

Teremos oportunidade de continuar o nosso debate. Muito obrigado, Presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/4/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão

exonerando, a partir de 1º/5/2012, Bruno Guimarães Dilêu do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas; nomeando Livia de Laet e Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

exonerando, a partir de 2/5/2012, Claudirene Vieira Lima do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;



exonerando, a partir de 2/5/2012, Crislene Marçal de Matos Duarte Aguiar do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Claudirene Vieira Lima para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Crislene Marçal de Matos Duarte Aguiar para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fred Costa

exonerando, a partir de 27/4/2012, Tarcísia de Assis Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria Augusta Carvalho de Sá para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Viegas

exonerando, a partir de 1º/5/2012, Nathália Maria Duarte Baptista do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Isabella Silva da Cunha Pimenta para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vianna Oficina de Pianos Ltda. Objeto: onze afinações em um piano de ¼ de cauda, conforme cronograma. Vigência: a partir de 25/4/2012. Licitação: dispensada (art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993). Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATA

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 27/4/2012, na pág. 4, sob o título “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“Projeto de Lei nº 2.311/2011, do Deputado Gustavo Valadares”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 2.311/2011, do Deputado Gustavo Valadares, na forma do Substitutivo nº 1”.